

Cadernos PROMUSPP

Programa de Mestrado e
Doutorado em Mudança Social
e Participação Política da
Universidade de São Paulo

São Paulo, v.2 n.1, janeiro/março 2022

Sobre os Cadernos PROMUSPP

Os Cadernos PROMUSPP constituem um periódico do **Programa de Mestrado e Doutorado em Mudança Social e Participação Política** da USP.

ISSN 2764-4510

Conselho Editorial

Prof. Dr. Tel Amiel (UnB)
Prof. Dr. Richard Miskolci (UNIFESP)
Prof. Dr. Cláudio Penteadó (UFABC)
Prof. Dr. Henrique Parra (UNIFESP)
Prof. Dr. Danilo Tavares (UNIFESP)
Prof. Dr. Marcelo Vilela de Almeida (USP)
Prof. Dr. Jorge Machado (USP)
Profa. Dra. Ester Rizzi (USP)

CADERNOS PROMUSPP

Editores responsáveis

Prof. Dr. Jorge Machado (USP)
Prof. Dr. Marcelo Vilela de Almeida (USP)

Editor Corporativo

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Programa de Mestrado e Doutorado em Mudança Social e Participação Política da USP

Endereço: Arlindo Bettio, 1000 - Ermelino Matarazzo / Campus USP Leste

CEP 03828-000 São Paulo

Contato do editor: machado@usp.br

A revista não se responsabiliza pelas opiniões e análises dos autores e autoras. Prezamos pela diversidade de opiniões e pontos de vista. Quaisquer discordâncias aos conteúdos publicados devem ser dirigidos diretamente às autoras ou autores. O periódico faz verificação de plágios em todas as submissões aceitas.

Licença de uso dos conteúdos

Todos os trabalhos enviados estarão sob a licença *Creative Commons*

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_B

Mais informações sobre a licença e termos de uso para autores em

<http://cadpromuspp.each.webhostusp.sti.usp.br/about.html>

ISSN 2764-4510

Sumário

Apresentação.....	4
<i>As tensões internas do conceito Politicamente Correto (PC): uma análise a partir de aspectos contemporâneos brasileiros</i> , por Marco Bettine, Gustavo Gutierrez e Diego Gutierrez.....	5
<i>Mimimi: por que a pesquisadora feminista aqui não quer calar a boca</i> , por Anna Carolina Longano.....	24
<i>Capacidades Estatais em Processos de Monitoramento Participativo Mediados por TICs</i> , por Emily Espildora e Gisele S. Craveiro.....	44
<i>Epistemologia da pesquisa em mudança social</i> , por Gustavo Luis Gutierrez e Marco Bettine.....	67

Apresentação

É com alegria que apresentamos o 2º número dos Cadernos PROMUSPP, publicação do Programa de Doutorado em Mudança Social e Participação Política. Em tempos de polarização, cancelamentos, *fake news*, negacionismo científico, anti-intelectualismo e militarização da política, é um grande alento ver a contribuição de docentes, pesquisadores e colaboradores do Programa com o pensamento crítico acadêmico. Os desafios sociais são tão complexos como inspiradores para promover a mudança social, que passa por uma universidade com rica vida intelectual e resiliente.

Esta edição é aberta com o artigo de Marco Bettine, Gustavo Gutierrez e Diego Gutierrez que discute, com base no trabalho de Norman Fairclough, os aspectos constitutivos da chamada “ação politicamente correta”. Em seguida, temos o ensaio de Anna Carolina Longano, intitulado “Mimimi: por que a pesquisadora feminista aqui não quer calar a boca”. O texto que, segundo a autora, é indicado “para pessoas maiores de idade e com estômago forte”, propõe esclarecer a importância e relevância da realização de produção, comunicação de conhecimento de Mulheres.

Emilly Espildora e Gisele S. Craveiro colaboram com o texto “Capacidades Estatais em Processos de Monitoramento Participativo Mediados por TICs”. Nele, as autoras expõem os resultados de uma pesquisa que teve o objetivo de compreender em que medida as capacidades técnicas empregadas em processos de monitoramento participativos utilizando as tecnologias de informação e comunicação se diferenciam daquelas envolvidas em outras modalidades de participação social.

Por fim, a edição é fechada com o artigo de opinião “Epistemologia da pesquisa em mudança social”, por Gustavo Luis Gutierrez e Marco Bettine. Seu objetivo foi discutir a natureza da pesquisa sobre mudança social e movimentos sociais a partir do diálogo com teóricos da sociologia clássica.

Em tempos confusos e instáveis, cabe lembrar o filósofo Confúcio. Para ele há três métodos que nos permitem nos aproximar da sabedoria: o primeiro é por imitação – o mais fácil; o segundo pela experiência - o mais amargo; e o terceiro pela reflexão, que é mais nobre.

Esperamos que aprecie a leitura de mais este número dos Cadernos PROMUSPP.

Editores

As tensões internas do conceito Politicamente Correto (PC): uma análise a partir de aspectos contemporâneos brasileiros

Bettine, Marco¹; Gutierrez, Gustavo²; Gutierrez, Diego³

Resumo

Este artigo objetiva apresentar uma reflexão sobre aspectos constitutivos da ação politicamente correta (PC). Apóia-se, basicamente, no trabalho de Norman Fairclough, com destaque para a questão da descontextualização operada pela crítica PC ao interpretar uma expressão linguística literalmente. Partindo desse referencial e apresentando exemplos, o artigo busca apontar que a crítica do PC se desenvolve em dois sentidos: (i) uma denúncia ao interpretar literalmente a expressão linguística e (ii) uma tentativa de esconder o sujeito agente da ação de crítica atrás da universalidade do valor defendido. Nesse sentido, a força da crítica PC estaria vinculada a um movimento de dupla descontextualização.

Palavras-chave: Politicamente Correto; Discurso; Linguagem.

The internal tensions of the concept Political correctness (PC): an analysis from Brazilian contemporary aspects

Abstract

This article aims to reflect on the constitutive aspects of Political Correctness (PC) actions. It is mainly grounded on Norman Fairclough, highlighting the issue of decontextualization enacted by PC criticism when literally interpreting a linguistic expression. Based on this reference and presenting some examples, the article aims to point out that PC criticism develops in two senses: (i) a denouncement when literally interpreting the linguistic expression and (ii) an attempt to hide the denouncer behind the universality of the value defended. In this sense, the power of PC criticism would be connected to a movement of double decontextualization.

Key words: Political Correctness; Discourse; Language.

Las tensiones internas del concepto Corrección política (PC): un análisis desde la contemporaneidad brasileña

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los aspectos constitutivos de las acciones de Corrección Política (PC). Se basa principalmente en Norman Fairclough, destacando la cuestión de la descontextualización promulgada por la crítica de PC al interpretar literalmente una expresión lingüística. A partir de esta referencia y presentando algunos ejemplos, el artículo pretende señalar que la crítica de la PC se desarrolla en dos sentidos: (i) una denuncia al interpretar literalmente la expresión lingüística y (ii) un intento de ocultar al denunciante tras la universalidad del valor defendido. En este sentido, el poder de la crítica de PC estaría conectado a un movimiento de doble descontextualización.

Palabras clave: Corrección Política; Discurso; Idioma.

Les tensions internes du concept de politiquement correct (PC) : une analyse à partir des aspects contemporains brésiliens

Abstrait

Cet article vise à réfléchir sur les aspects constitutifs des actions du Politiquement Correct (PC). Il s'appuie principalement sur Norman Fairclough, soulignant la question de la décontextualisation opérée par la critique PC lors de l'interprétation littérale d'une expression linguistique. À partir de cette référence et en présentant quelques exemples, l'article vise à souligner que la critique du PC se développe dans deux sens : (i) une dénonciation en interprétant littéralement l'expression linguistique et (ii) une tentative de cacher le dénonciateur derrière l'universalité de la valeur défendu. En ce sens, la puissance de la critique PC serait liée à un mouvement de double décontextualisation.

Mots clés: politiquement correct ; Discours; Langue.

1 Universidade de São Paulo – USP, EACH, São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0632-2943>, marcobettine@usp.br

2 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2383-8696>, gustavoluigutierrez@gmail.com

3 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5584-8338> diegomonteiroguterrez@gmail.com

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre o conceito de Politicamente Correto (PC), tendo como referência aspectos do debate no Brasil. A expressão, embora antiga, generaliza-se nas últimas décadas do século XX, no contexto de lutas e movimentos sociais que buscam denunciar formas de preconceito e opressão contra grupos sociais específicos manifestadas no uso da linguagem (Handke, 2001). O conceito chega ao Brasil importado dos EUA e passa a ser utilizado internamente de uma forma muito semelhante a sua manifestação original (Feres, 2017).

Para construir a argumentação, partimos de referenciais como Weinmann (2014), Borjes (1996) e Neves (2012), principalmente no que diz respeito às discussões sobre determinismos linguísticos, como a compreensão da linguagem como unívoca, a construção de posicionamentos políticos por meio da mudança de palavras e a restrição da liberdade de expressão.

O artigo parte da observação do debate a respeito do PC que acontece no meio acadêmico e também junto à opinião pública brasileira, manifestado tanto pelos meios de comunicação de massa como pelas mídias sociais. A ação PC constitui, em termos bem rápidos, uma espécie de acusação que obriga uma inevitável resposta de justificação por parte do acusado, mesmo que a maioria das pessoas não esteja claramente convencida da justiça de tal acusação. Neste texto, longe de esgotar a questão, vamos destacar, de um lado, a análise semântica intencional da filosofia da linguagem e, de outro, a defesa de minorias e direitos humanos, como forma de aprendizado social. Há um grande debate acadêmico no Brasil, inclusive a Revista da Universidade de São Paulo (a mais conceituada universidade brasileira) apresenta, em 2017, um Dossiê denominado “Politicamente Correto”.

Buscamos contribuir com o debate a partir de uma leitura do pensamento de Norman Fairclough (2017), principalmente de seu artigo “Political correctness: the politics of culture and language”, em que o autor coloca, de forma recorrente, a questão da descontextualização operada pela crítica PC, ao interpretar uma expressão linguística literalmente, assim como outros desdobramentos que serão apontados a seguir.

A discussão sobre o PC é atual, complexa e polêmica. O texto procura adotar um distanciamento em relação às questões, embora os autores, é claro, possuam uma posição definida neste debate. Um dos aspectos da complexidade apontada é a tensão entre a crítica PC e os valores éticos envolvidos. Em termos gerais, não há como discordar da defesa de valores morais universais, no sentido kantiano do termo, em qualquer contexto, e os autores concordam com essa defesa. A

própria definição do objeto PC, por sua vez, não é muito claramente limitada na realidade social contemporânea. A fim de evitar alongar um debate que, em última instância, poderia vir a ser pouco produtivo, o texto atribui a percepção da crítica PC ao próprio sujeito social agente da denúncia, o qual, ao fazê-la, coloca-se alinhado com esta posição política, embora sem aprofundar uma definição, inclusive etimológica, da sua natureza. Em outros termos, tem-se a impressão de que os membros do campo definem a si mesmos de uma forma bastante pragmática, reconhecendo-se basicamente pelo desenvolvimento da prática política comum.

Cabe também apontar que existe uma reflexão sobre o potencial que as palavras possuem de ferir, machucar e violentar quando usadas num contexto social. É interessante separar aqui diferentes formas teóricas de aproximação ao objeto estudado. A crítica PC, como o próprio nome diz, é política no sentido de lidar com grupos no âmbito das relações de poder. Vale notar, inclusive, que o próprio denunciante não precisa necessariamente pertencer ao grupo que está sendo defendido na denúncia. Já a discussão sobre a violência verbal, presente nas relações intersubjetivas, aparece com mais frequência no campo das pesquisas sobre assédio moral e *bullying*, geralmente dialogando com o estudo da psicologia, numa relação em que geralmente fica bem claro o sujeito social individual que sofre a violência da ação. Ambas as questões relacionam-se ao campo institucional do direito, porém, ao nosso ver, a partir de recortes epistemológicos distintos. A ideia de que estes dois campos teóricos possam ser aproximados, a partir de um paradigma comum, é interessante e promissora. Explorar esse caminho, contudo, transcende as condições deste texto.

Por fim, procuramos concluir que a crítica PC opera, na verdade, dois movimentos de descontextualização: o primeiro, ao interpretar literalmente a expressão linguística, e o segundo, ao ocultar o sujeito agente da ação de crítica atrás da universalidade do valor defendido.

Algumas polêmicas atuais

O conceito PC surge, recentemente, nos diferentes meios de comunicação de forma bastante polêmica. Normalmente, parte de uma acusação que obriga a uma justificação. Ao mesmo tempo, é um processo que rapidamente se amplia e se reproduz nas redes sociais e sistemas eletrônicos de informação.

Podemos citar como um exemplo desta controvérsia o artigo de Maria Helena de Moura Neves (2014), em que a autora comenta criticamente e de forma muito clara a discussão sobre o verbete “cigano” presente no dicionário Houaiss.

Com grande repercussão na imprensa, o caso envolvendo os ciganos refere-se a um pedido feito, em 2012, pelo Ministério Público Federal de Uberlândia para que fossem retirados de circulação exemplares do dicionário Houaiss, sob alegação de que a obra continha ‘referências preconceituosas’ e ‘racistas’ contra os ciganos. Registra o documento que, entre os significados para a palavra cigano, consta no Houaiss, como ‘uso pejorativo’ do termo, o seguinte: ‘que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador’ e ‘que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina’ (Neves, 2014, p. 139).

No Brasil existem duas grandes obras de referência sobre a língua portuguesa (os dicionários), indicadas normalmente pelo nome do autor. Antônio Houaiss (1915-1999), um dos mais importantes pesquisadores brasileiros, filólogo, crítico literário e tradutor, é autor do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, concluído após a sua morte. A outra obra é o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, publicado em 1975 por Aurélio Buarque de Holanda (1910-1989), também filólogo e crítico literário. Embora seja comum encontrar, entre os intelectuais brasileiros, preferência por uma ou outra, ambas as obras e os dois autores gozam de profundo respeito no meio acadêmico. Convém lembrar que o Brasil foi, no passado, uma colônia de Portugal, com quem compartilhou a língua e manteve um diálogo permanente, nem sempre muito cordial, sobre sua evolução e manifestações. A elaboração destas obras exigiu enorme dedicação e disciplina dos autores, ainda mais se considerarmos que o investimento em cultura no Brasil sempre foi precário. Neste sentido, seus autores são vistos com muito carinho e admiração.

Diante da surpresa, para não dizer espanto, ao ver uma tentativa de censura a uma obra de referência, ainda mais em se tratando do dicionário Houaiss, Neves (2014) conclui:

A natureza dos enunciados do dicionário é, indiscutivelmente, outra: o que essa obra faz é uma meta-análise de usos linguísticos, e numa direção de mão única, a do dicionarista para o usuário. Se um dicionário registra acepções que correspondem a usos porventura desabonadores a respeito de uma determinada classe de indivíduos – como no recente episódio de que aqui se tratou – isso não abre espaço e não cria cena para discussões que impliquem avaliação sociopolítica do teor da obra lexicográfica. (p. 158)

Numa direção diferente da apontada por Neves, há autores como Morato e Bentes (2017) que defendem que o politicamente correto deve ser utilizado ideologicamente como forma de pressão social. Para as autoras, mais do que uma expressão, trata-se de “uma estratégia política fundamental das sociedades pós-modernas” (p.14).

Sempre procurando apontar polêmicas em torno do PC, podemos lembrar também da discussão envolvendo a personagem negra Tia Nastácia, da obra de Monteiro Lobato, e a acusação de racista endereçada ao autor (Feres, 2013). Cabe aqui uma rápida apresentação. José Monteiro Lobato (1882-1948) foi escritor e ativista político engajado em causas nacionalistas; foi, ainda, um dos precursores da indústria editorial no país e autor de uma obra infantil, cujos personagens, muitas vezes inspirados no cotidiano de um passado recente e componentes do folclore nacional, fizeram grande sucesso em programas infantis, filmes e adaptações. *Reinações de Narizinho* (1931), por exemplo, é considerado livro fundador da literatura infantil brasileira.

A acusação de racismo de que foi vítima o escritor gerou forte repercussão na imprensa e na sociedade em geral, com reações exacerbadas e nem sempre muito racionais, como ilustra o título de um artigo da Revista Semanal *Veja*: “A estupidez politicamente correta – Atenção! STF vai ‘julgar’ hoje Monteiro Lobato, tratado como criminoso. Ou ainda: Ministro Fux censuraria Shakespeare?”. É provável que parte da reação contrária à acusação de racismo, trazida por defensores do PC, tenha sido exacerbada pela própria natureza da obra “*Histórias de Tia Nastácia*”, cuja edição data do início da década de 1920, fazendo parte das boas lembranças da infância de muitos dos adultos de hoje. Outro elemento a ser considerado é que, se de fato a personagem remete a uma imagem das relações escravocratas do passado brasileiro, ela também está associada à sabedoria popular, ou a uma sabedoria inerente ao povo, e à sobrevivência da memória cultural do folclore brasileiro a partir das histórias que ela conta e com as quais encanta as crianças.

Mais recentemente, o sociólogo José de Souza Martins (2019) reforça o incômodo com o tratamento que a obra de Monteiro Lobato vem recebendo. Num artigo que começa dizendo “nos últimos tempos, os zeladores do politicamente correto ‘descobriram’ que Monteiro Lobato ‘seria racista’” (p.1), o autor continua:

O sectarismo e a intolerância que se difundem entre nós desde o início dos anos 1960 vêm alcançando níveis que ultrapassam os limites da ignorância lícita. O politicamente correto é incorreto quando despoja nossa consciência social da poesia que é própria da vida e da inteligência. A poesia das mediações e da totalidade que desvenda os mistérios da aparência para nos revelar a essência do

que somos e não sabemos. Sem a perspectiva do todo, a obra de Lobato se torna incompreensível, o que abre caminho pra o descabido preconceito de leitor apressado e desatencioso” (Martins, 2019, p. 3).

A falta de perspectiva histórica e a descontextualização do assunto tratado são questões que aparecem, de forma recorrente, na discussão sobre o PC.

Também foi objeto de comentários, com certeza menos apaixonados, a mudança do título de um livro de mistério da escritora inglesa Agatha Christie, chamado originalmente “O Caso Dos Dez Negrinhos”. O título surge na nova edição como “E Não Sobrou Nenhum”, seguindo a proposta da publicação norte-americana. Soma-se aqui, além da mais ou menos tradicional crítica à ingerência do PC na obra original, o fato de que o novo título “entrega” o final do livro, o que numa obra de mistério sempre pode vir a ser objeto de críticas.

Voltando às discussões acadêmicas, o artigo de Neves (2014), com um título bem sugestivo “Do ‘Politicamente Correto’ ao Incorretamente Polido”, traz à tona aspectos que podem se tornar importantes, como uma separação entre direita e esquerda, ou ainda conservadores e progressistas. Essas disputas, como ilustram os exemplos apontados, podem muitas vezes ser levadas a extremos. É importante ressaltar que a discussão sobre o PC é atual e tem gerado bastante polêmica. Uma reação contrária da imprensa, ou de setores significativos da sociedade, não aponta necessariamente para um juízo de valor negativo. Na verdade, não é raro que novas posturas, avançadas e comprometidas, portadoras de valores positivos e que se tornarão consenso num futuro próximo, recebam uma acolhida inicial crítica por parte tanto dos meios de comunicação como da própria população envolvida.

Em vista dessa polêmica, nós nos propomos a refletir sobre como acontece essa crítica e seus principais elementos constitutivos, procurando preservar, na medida do possível, um distanciamento, tanto em relação ao valor da crítica PC como àquele da crítica à crítica PC.

O Politicamente Correto e as críticas ao Politicamente Correto

Weinmann (2014, s.n.) apresenta um bom resumo das principais linhas críticas ao PC. Escreve ele:

Ato contínuo, ocupamo-nos das três principais críticas endereçadas ao PC por alguns dos trabalhos revisados: 1) o PC é equivocado, em termos linguísticos, na medida em que pressupõe uma relação

unívoca entre a palavra e seu referente; 2) o PC é politicamente ingênuo, pois pretende resolver o problema das relações sociais discriminatórias por meio da mudança de palavras; e 3) o PC possui uma vocação autoritária, uma vez que acarreta a restrição da liberdade de expressão. A análise dessas críticas mostra que a questão é muito mais complexa do que as abordagens maniqueístas costumam apontar.

Este conjunto de críticas, essencialmente correto, talvez não reflita bem a importância relativa de cada um dos pontos. Da perspectiva das ciências humanas, talvez uma questão anteceda as outras: a falta de contextualização rigorosa do uso da expressão linguística. O pesquisador em ciências humanas, muito mais que o leigo e até mesmo que o pesquisador das outras áreas de conhecimento, é fortemente treinado para sempre situar o objeto estudado no interior das relações sociais que lhe dão sentido e coerência.

As acusações que partem dos grupos defensores do PC quase sempre priorizam a denúncia da expressão linguística em si mesma. Os casos antes citados ilustram, pelo menos em parte, essa característica. Para um historiador, um jornalista ou um cientista social, soa muito estranho julgar um verbete de um dicionário, ou um trecho de uma obra escrita há cem anos, sem levar em conta sua natureza específica no interior do contexto original.

Numa linha de raciocínio similar, podemos citar também Borges (1996):

São muitas as maneiras pelas quais o politicamente correto pode ser interpretado: a) reação política (ecológica) para proteger o direito daqueles que historicamente vêm sendo discriminados por segmentos de maior poder; b) modismo típico dos anos 80 – 90; c) prática censória que põe em evidência comportamentos socialmente reprováveis; d) ética que se constitui a partir da insistência quanto à reformulação da linguagem, coibindo certas expressões de nomeação, literais ou metafóricas, dadas como discriminatórias (o termo negro, por exemplo), e prescrevendo piadas sexistas ou étnicas, etc. Ao se instituir, entretanto, como vigilância ou patrulhamento, a militância politicamente correta silencia, no não-dito da sua fraseologia, acerca das origens sócio-históricas daquilo que tão acerbamente deseja modificar. Estabelece uma prática discursiva que condena atitudes e palavras discriminatórias, sem, contudo, se pronunciar, via de regra, a respeito dos condicionantes históricos que se encontram na ‘posição inaugural do sócio-histórico e do imaginário social’ (Castoriadis), e que fornecem sustentação ideológica a essas atitudes e palavras politicamente incorretas. (p. 110)

Encontramos novamente aqui a descontextualização, ou, nos termos do autor, um descolamento em relação aos condicionantes históricos. Essa é uma visão recorrente, normalmente associada a dois movimentos distintos, porém complementares. Por um lado, enfraquece a qualidade da crítica original do PC, já que empobrece a exposição e, por outro, abre espaço para as acusações de uma posição autoritária ou persecutória assumida pelos defensores do PC.

Maria H. de Moura Neves (2012) participa deste debate, mas de uma forma que parece mais assertiva:

O ‘politicamente correto’ é, atualmente, bandeira que se levanta para interpretar atos do dia a dia, numa onda de patrulhamento que tem presença notável na sociedade, com dupla influência e significação: bem-intencionada que é, cria a impossibilidade de qualquer refutação, parecendo intolerável que seja condenada, ou que seja sequer questionada; por outro lado, mal inserida nas mais diversas atividades, como indiscriminadamente vem sendo, é tão intolerável quanto as próprias incorreções políticas. (p. 203)

Mesmo nesta linguagem mais direta, a observação sobre o fato de as denúncias de natureza PC serem mal e indiscriminadamente inseridas nos remete, mais uma vez, ao problema de uma acusação de não contextualização da discussão de forma mais rigorosa, como ilustram os exemplos apresentados no início.

A contribuição de Norman Fairclough

Norman Fairclough é um dos fundadores da análise crítica do discurso (ACD). Em seu artigo “Political correctness: the politics of culture and language” (2003), o autor coloca a questão da linguagem no centro da reflexão. Segundo ele, a controvérsia do PC é apenas parcialmente uma controvérsia sobre a linguagem.

O autor vê o PC como uma tentativa de grupos específicos, feministas e antiracistas, de mudar o comportamento e a linguagem utilizada dentro de espaços específicos, como locais de trabalho ou escolas.

A "correção política" e ser "politicamente correta" são, na maior parte, identificações impostas às pessoas por seus adversários políticos. Mas isso por si só também é uma forma de política cultural, uma intervenção para mudar representações, valores e identidades como uma maneira de alcançar a

mudança social (Cameron, 1995). E se baseou principalmente na cumplicidade de seções da mídia. (Fairclough, 2003, p.21, *tradução nossa*)

Fairclough percebe a questão do PC num contexto de conflitos e destaca a importância da percepção de uma identidade direta entre o que é dito e seu significado, voltando à questão da descontextualização do discurso. O autor apresenta uma distinção entre as três maneiras principais pelas quais o discurso figura nas práticas sociais: (a) o discurso enquanto representações posicionadas, incluindo a autorrepresentação reflexiva de práticas sociais, (b) o discurso enquanto gênero (por exemplo, entrevista, palestra ou conversa) e, em terceiro lugar, (c) como estilo, onde o autor vai apontar a diferença discursiva, por exemplo, entre um líder político e um gerente de uma empresa.

Deixe-me distinguir entre três maneiras principais nas quais o discurso figura nas práticas sociais. Ele figura primeiro como discursos (note a distinção entre "discurso" como substantivo abstrato e como substantivo de contagem - o último é apenas um aspecto do primeiro). Os discursos são representações posicionadas (incluindo autorrepresentações reflexivas de práticas sociais) - posicionadas no sentido de que diferentes posições nas relações sociais de uma prática social tendem a dar origem a diferentes representações. Em segundo lugar, figura como gêneros - modos de agir e interagir em seu aspecto discursivo (mais amplamente: semiótico). Por exemplo, entrevistas, palestras e conversas são gêneros. Em terceiro lugar, figura como estilos - modos de ser, identidades, em seu aspecto discursivo (semiótico). Por exemplo, existem várias maneiras de ser um líder político ou um gerente, que são parcialmente corporais e parcialmente discursivas. (Fairclough, 2003, p.23, *tradução nossa*)

Fairclough parece avançar na percepção da descontextualização do discurso operada pela crítica PC. Ao perceber o conceito falado de forma literal, ignora-se, por um lado, toda a carga histórica e social que envolve sua manifestação e, por outro lado, os aspectos internos constitutivos do discurso apontados pelo autor: (a) quem fala e qual o conjunto de valores que ele carrega, (b) as circunstâncias da articulação da fala, seu lugar de origem e (c) a forma da expressão e o seu efeito no meio mais amplo.

Esta tipificação ilustra, pelo menos parcialmente, os problemas conceituais que a discussão sobre o PC incorpora ao definir uma linguagem como correta em contraposição a outras "incorretas". O PC estaria, assim, incorrendo numa generalização dos diferentes tipos de discursos

possíveis. Ou seja, Fairclough nos permite perceber com mais profundidade e complexidade o processo de descontextualização da crítica PC, em comparação ao que foi apontado pelas colocações citadas anteriormente. Não se trata simplesmente de abordar a fala fora de seu contexto, mas também de empobrecer a complexidade semiótica expressa na fala.

Fairclough (2003) alerta para uma questão interessante: apontar uma forma de falar não leva, necessariamente, à transformação de hábitos.

Além disso, a promulgação relativamente bem-sucedida não garante a inculcação relativamente bem-sucedida: há um estágio de inculcar em que as pessoas podem aceitar novos discursos sem aceitá-las - podem expressá-las retoricamente, para fins estratégicos e instrumentais, como acontece, por exemplo, com o mercado, discurso em serviços públicos, como a educação. (Fairclough, 2003, p.25-26, *tradução nossa*).

As pessoas, os sujeitos sociais, podem se expressar retoricamente com fins estratégicos e instrumentais, apresentado um comportamento teatralizado, como acontece, por exemplo, no discurso em serviços públicos, na educação formal ou na empresa. Mesmo os defensores do PC, ao construir estratégias como, por exemplo, a cartilha de 2004 da Secretaria Especial de Direitos Humanos “Politicamente Correto e Direitos Humanos”, acabam utilizando o sistema político como forma de controle da linguagem. Existem avanços, o principal seria alertar para uma série de expressões que promovem estigmas e estereótipos. Mas a análise de Fairclough aponta para a descontextualização do processo discursivo e reitera que a transformação da sociedade pode se dar por outros meios, como, por exemplo, a educação informal ou o espaço do exercício da sociabilidade espontânea.

Na perspectiva apontada neste artigo, Fairclough vai levar o debate a um nível de complexidade maior do que as posições até aqui observadas. Por um lado, a crítica do PC não apenas descontextualiza o discurso como também empobrece a própria reflexão sobre o discurso, ao relacionar diretamente o que é literalmente expressado com o que isso quer dizer no contexto em que é usado. Além disso, ignora as diferentes acepções que o discurso pode assumir (representação posicionada, gênero e estilo).

A dupla descontextualização

Fairclough traz contribuições importantes para avançar na reflexão a respeito da natureza do PC. Para além do que o autor aponta, mas seguindo uma linha de reflexão articulada com ele, é importante destacar a relação entre a acusação do uso incorreto da linguagem e os sujeitos sociais envolvidos no processo de confronto. Aparentemente, toda discussão sobre o PC parte da transgressão a um valor universal comumente aceito pelo ambiente em que todos atuam e que todos compartilham.

A primeira questão que se coloca é a definição de valores universais. No sentido de evitar polêmicas e para não aprofundar um debate com o campo da ética na filosofia, podemos tomar como referência mais ou menos consensual a carta das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, na qual encontramos como valores universais o respeito à dignidade humana, à liberdade, igualdade e solidariedade.

O respeito a estes valores está relacionado, portanto, ao respeito a valores gerais fruto de um consenso mais amplo na sociedade. Esta “generalidade” do valor, contudo, não pode e não deve ser transferida mecanicamente ao sujeito social que apregoa a sua defesa, num contexto histórico e político específico. A sua correta interpretação passa pela necessidade de contextualizar de onde parte e como se dá, concretamente, a sua manifestação. Vamos usar um exemplo bem apelativo para tentar ilustrar a ideia aqui apresentada. Quando Hitler aparece numa foto segurando uma criancinha sorridente, ele está se baseando num valor universal, o de que as crianças devem ser protegidas e acalentadas no seio da sociedade, dadas a sua inerente fragilidade e incapacidade de se defenderem por si mesmas. A foto, contudo, tem uma função política, em que o ditador alemão tenta usar um valor universal e verdadeiro politicamente para legitimar e fortalecer um grupo específico e seu projeto de conquista e manutenção do poder. Ou seja, independentemente do valor universal que se depreende de imediato da foto, ela precisa ser contextualizada para poder ser interpretada corretamente.

No caso da crítica PC o que encontramos é uma dupla descontextualização. Pensemos nas manifestações apontadas no início do artigo. Tomemos como exemplo a acusação do racismo que estaria presente na obra Monteiro Lobato. Como já foi colocado por outros pesquisadores, as relações sociais que o autor descreve são retiradas de seu contexto original (histórico, social, político, cultural), tornando-se passíveis de uma crítica a partir de uma visão contemporânea, à qual

o autor, inclusive por estar morto, não pode responder. Esta é a primeira descontextualização presente. Mas o processo incorpora uma segunda descontextualização: quem, onde e por que se faz a denúncia da incorreção? Qual sua origem e função política? Uma denúncia desta natureza não acontece no vazio, mesmo que o autor se esconda atrás da generalidade e legitimidade de um valor universal, aceito sem maiores resistências pela maioria da sociedade. A aceitação do valor, a exemplo do caso da foto de Hitler, não isenta a denúncia da sua dimensão política.

No outro exemplo citado, o caso do verbete “cigano” no dicionário Houaiss, a fonte de origem é o Ministério Público de Uberlândia, município do interior do estado de Minas Gerais, mas não fica especificado se atende a uma denúncia de alguma autoridade, organização social, ou se age por iniciativa própria. Na discussão sobre o escritor Monteiro Lobato a fonte original da crítica não é explicitada.

É importante deixar claro que os autores de uma denúncia de incorreção política podem ser bem-intencionados e buscar de forma desinteressada incentivar relações sociais éticas e justas. Contudo, isto não é um dado de realidade imediato, que deva ser aceito sem alguma pesquisa que contextualize a ação do sujeito social.

Os próprios atos de fala, que Austin (1990) debate na sua obra maior “How to do Things With Words”, são referências importantes para pensar este processo. O filósofo Danilo Marcondes de Souza Filho faz a tradução da obra para o português e escreve a apresentação da edição brasileira, em que comenta:

Tanto do ponto de vista do uso da linguagem ordinária, quanto do ponto de vista de uma teoria da linguagem, a visão de Austin é sempre orientada pela consideração da linguagem a partir de seu uso, ou seja, da linguagem como forma de ação. Uma das principais consequências desta nova concepção de linguagem consiste no fato da análise da sentença dar lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções. O que se analisa agora não é mais a estrutura da sentença com seus elementos constitutivos, isto é, o nome e o predicado, ou o sentido e a referência, mas as condições sob as quais o uso de determinadas expressões linguísticas produzem certos efeitos e consequências em uma dada situação. (Austin, 1990, p. 11)

Não se trata aqui de pretender aprofundar uma discussão sobre a filosofia da linguagem ou da virada linguística (*linguistic turn*), mas parece interessante destacar como Austin, no fim da década de quarenta, vai apontar a importância das condições concretas em que uma expressão

linguística é usada para sua correta compreensão. Neste sentido, convém ter presente que a legitimidade de um valor universal não se transfere mecanicamente ao porta-voz da sua defesa, num contexto histórico e temporal específico.

O conflito entre valores

Outro problema da crítica PC é que ela sempre coloca em concorrência dois valores de naturezas diferentes. De um lado, está o valor defendido pela crítica PC, que pode ser uma posição justa com relação a questões de gênero ou etnia, por exemplo. E, do outro lado, está o valor referente ao direito inalienável de livre expressão das ideias. A questão fundamental da crítica PC não está na justiça da sua denúncia, mas em convencer as pessoas a que se dirige de que a defesa deste valor justifica uma agressão a outro valor socialmente constituído: a liberdade de expressão.

Esse aspecto é bem elaborado por Kohlberg (1973, 1992) quando ele se refere ao sexto e último nível de desenvolvimento moral. Neste nível, as decisões são tomadas através da comparação da diferença de importância relativa entre dois valores envolvidos. Numa situação de conflito de valores, por exemplo, respeito à vida é mais importante que o respeito à propriedade (porque um dano à propriedade pode vir a ser posteriormente ressarcido enquanto o dano à vida é irreversível). Habermas (1989) vai dialogar com Kohlberg estruturando as ideias em duas frentes: Moral e Direito. Estes têm um papel regulador no agir pelo entendimento, seja como forma de relacionamento social (respeito à moral), ou como forma de defender-se de uma ação ofensiva (recurso jurídico). A sociedade construiu o direito com base em seus imperativos morais. Isto significa dizer que, para Habermas, moral e direito asseguram o consenso, mesmo quando o entendimento não é alcançado. Habermas vai citar a obra Lawrence Kohlberg e destacar a teoria dos níveis de desenvolvimento moral para mostrar que as falhas em obter um consenso coletivo são mais ligadas à formação das pessoas do que efeito da complexidade da questão em discussão.

Em 1963, Kohlberg publica “The development of children’s orientations toward a moral order: sequence in the development of moral thought”. Neste trabalho, o autor esclarece que uma pessoa no nível mais elevado de desenvolvimento moral, denominado pós-convencional, agiria por princípios, e sua ética estaria voltada à ética da consciência e da responsabilidade. O direito, por sua vez, seria uma formalidade que deve ser seguida desde que não atente contra os outros dois pilares:

princípios e ética. Habermas também participa deste debate, principalmente em seu texto “Consciência Moral e Agir Comunicativo”, de 1989.

O importante aqui é sublinhar que a crítica PC sempre (e a expressão ‘sempre’ tem aqui um forte sentido literal) se contrapõe ao valor moral presente no direito individual à livre expressão. Esta questão se torna mais tensa porque a crítica PC tende a transitar sempre (novamente em seu sentido forte) numa zona cinzenta, ou nebulosa, já que quando a relação relativa entre os valores (crítica PC e o direito à expressão) está muito clara, a ação que está sendo criticada estará tipificada em lei como crime. Injúrias, difamação e violência verbal, humilhação pública, discriminação por questões de gênero ou etnia não são necessariamente objetos da crítica PC, mas objetos de processos jurídicos passíveis de punição na forma prevista em lei.

Comentário sobre o politicamente incorreto e a internet na sociedade contemporânea

O PC acaba gerando uma reação, denominada de pensamento politicamente incorreto, que procura resgatar, ou priorizar, valores conservadores e tradicionais. A discussão teve um forte impacto social no Brasil e inspirou livros que se tornaram, durante um tempo, grandes sucessos de vendas. Podemos citar, como exemplo, O Guia Politicamente Incorreto da História de Brasil, de Leandro Narloch (2009), que figurou entre os livros de não ficção mais vendidos no Brasil, entre 2010 e 2012.

O politicamente incorreto se diferencia do PC, pois, ao invés de focar no uso da linguagem e na busca de sua transformação, prioriza uma reconstrução da história e dos sujeitos sociais, numa linha que destaca valores tradicionais e conservadores. O que parece importante apontar é que, embora realmente haja uma diferença no objeto e na apropriação formal que exercem tanto o PC como o politicamente incorreto, parece existir uma forte coincidência na lógica de tratamento das ideias, ou ainda na concepção epistemológica, que ambos adotam. O politicamente incorreto também parece efetuar um movimento de dupla descontextualização para acabar comprovando a correção da sua posição.

Vamos tomar dois exemplos extraídos do livro citado. O primeiro faz referência às origens da feijoada, um prato típico da culinária brasileira, associado em geral à comida dos africanos, que chegaram ao país na condição de escravos. O Brasil é um país de dimensões continentais e constituído de várias regiões distintas, cada uma com uma forte tradição cultural e culinária. Neste

contexto, a feijoada, um guiso de feijão preto com carne seca e partes de porco, surge como um prato comum a várias regiões, o que lhe dá uma característica nacional. O autor do Guia Politicamente Incorreto vai sustentar que a feijoada não seria um prato tipicamente brasileiro, uma vez que não havia entre negros e índios o costume de misturar grãos com carne na comida e também porque há exemplos desse tipo de mistura na culinária internacional.

O autor vai fazer referência também aos quilombos e a sua estrutura interna. O Brasil é um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, em 1888. Durante a vigência do sistema, surgem agrupamentos de escravos fugidos (embora existam outras origens) que se organizam, geralmente em regiões distantes, em uma estrutura social chamada de quilombos. Apesar de existirem diversas formas organizacionais de quilombos, eles são normalmente associados, tanto na perspectiva política como no imaginário social, à luta pela liberdade e à resistência contra formas violentas e injustas de opressão e exploração. O autor vai questionar as teóricas características igualitárias dos quilombos, argumentando que em Palmares, provavelmente o mais conhecido dos quilombos, havia uma hierarquia e que o próprio líder, Zumbi, teria escravos de sua propriedade.

Há, em ambos os casos, aspectos da dupla descontextualização, nos termos que procuramos apontar anteriormente. A feijoada surge e se expande numa determinada região e momento específicos, onde se cruzam diferentes influências, desde uma herança cultural africana até as condições próprias da experiência colonial portuguesa no Brasil. Da mesma forma, a organização quilombola se constrói, dialogando e sofrendo as diferentes influências do seu meio e do momento em que ocorre. Não podem, portanto, serem explicados por uma única característica, ainda mais se esta característica é retirada de seu contexto mais amplo.

E também aqui podemos perceber, a exemplo do que ocorre com a crítica PC, uma segunda descontextualização. O sujeito agente da ação da crítica não se apresenta politicamente. Não fica explicitado a que grupo ou a que corrente ideológica ou cultural serve descaracterizar a brasilidade da feijoada ou o progressismo organizacional de Palmares. Há um evidente pano de fundo político que permanece oculto, ou pelo menos não claramente referenciado. No primeiro caso, há uma aparente intenção de deslegitimar a brasilidade de uma comida de origem popular ou, mais especificamente, dos escravos africanos trazidos ao Brasil. No segundo caso, ao destacar que organizações que se originam em formas de resistência popular reproduzem as mesmas formas de opressão contra as quais teriam se revoltado, o autor se coloca de um ponto de vista conservador no campo das ideias políticas.

Com relação à questão mais ampla do PC, outra questão que parece importante apontar é a forma como a informação se dissemina por meios eletrônicos na sociedade contemporânea. Há uma discussão importante e acalorada sobre a internet, se, de fato, ela democratizou o acesso à informação ou, pelo contrário, rebaixou o debate e permitiu que uma enorme legião de pessoas despreparadas e desinformadas opinasse sobre tudo. O importante filósofo italiano Umberto Eco, em 2015, numa cerimônia em que recebeu o título *honoris-causa* em comunicação e cultura na Universidade de Turim, fez uma análise que ficou famosa. Diz ele: “As mídias sociais deram o direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade. Diziam imediatamente a eles para calar a boca, enquanto agora eles têm o mesmo direito à fala que um ganhador do Prêmio Nobel. O drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade”.

Não se trata aqui de desenvolver uma discussão sobre as características das interações comunicativas na sociedade contemporânea e, muito menos, de discutir com Umberto Eco. A intenção é, apenas, apontar para o fato de que a expansão da crítica PC parece favorecer-se com as características da internet, como a velocidade da divulgação e o anonimato do autor.

Outro aspecto que provavelmente tem relação com a crítica PC e a sociedade contemporânea é a fragmentação política, o descolamento da ação política de grupos politicamente fortes e coerentes, seja de direita ou de esquerda, para setores mais pulverizados da opinião pública. Embora num segundo momento haja uma evidente utilização das acusações PC (e incorretas) por grupos políticos com ideologias mais claras, num primeiro momento, as críticas parecem surgir de sujeitos individuais, ou de pequenos grupos, identificados com alguma causa específica e delimitada, como questões de gênero, por exemplo, que não possuem necessariamente um alinhamento mais claro e orgânico em termos da política tradicional. Podemos pensar aqui algumas posições de teóricos pós-modernos, como Lyotard por exemplo, e ainda as discussões sobre identidade apontadas por Stuart Hall.

Observações finais (uma forte fragilidade)

A crítica PC é feita, de uma forma geral, a partir da defesa de um valor universal compartilhado pelo meio social em que ela acontece e, muitas vezes, compartilhado inclusive pelo próprio sujeito a quem a crítica se dirige. Isto provoca, na maioria dos casos, uma resposta tentando

justificar que a verdadeira intenção não era a de se afastar do valor em questão. Muitas vezes a crítica PC vai fazer uso de uma expressão linguística ou artística fora do contexto original em que foi criada, ou seja, descontextualizada, como apontam os exemplos iniciais de Monteiro Lobato e do Dicionário Houaiss.

Fairclough avança a discussão trazendo não só o aspecto de empobrecimento da reflexão sobre o discurso ao se fazer uma interpretação literal do termo da fala como também o fato da crítica ignorar as diferentes acepções que o discurso pode assumir.

Procuramos também destacar aqui, seguindo a mesma linha de raciocínio, a importância de conhecer o sujeito agente da ação da crítica PC (e incorreta) e o contexto em que ela se dá. A crítica não se origina num espaço neutro ou num vácuo social. Ela só vai poder ser corretamente compreendida a partir do momento em que são conhecidas as características do meio social de onde provém e a lógica política que move a ação dos seus autores. Habermas e Kohlberg ajudam a perceber a existência de um conflito entre um valor específico que a denúncia PC (e incorreta) defende e o direito à liberdade de expressão.

Pensamos, portanto, que o conceito de PC deve ser percebido sempre como uma manifestação constituída por tensões internas, levando em conta a sua natureza de dupla descontextualização, entendida aqui como (a) uma descontextualização do termo da fala com relação à sua posição histórica e social original e (b) uma descontextualização do autor da crítica PC com relação à sua identidade, ambiente e interesses políticos.

No caso brasileiro, esta discussão parece ocorrer de uma forma pouco original, procurando essencialmente reproduzir movimentos similares aos que ocorreram no exterior, principalmente nos EUA, gerando inclusive resistências e críticas muito parecidas às que podem ser observadas ali. Talvez o movimento mais original seja a ideia de reescrever a própria história num sentido de certa forma inverso.

Por fim, apontamos para a importância de, em outro momento, aprofundarmos uma reflexão sobre estes temas e sua articulação com o impacto da internet nas comunicações e a fragmentação da ação individual e de grupos políticos na sociedade contemporânea.

Referências

- Austin, J. L. (1962). *How to do Things With Words*. Harvard University Press.
- Austin, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer*. Artes Médicas Sul.
- Borges, L. C. (1996). A busca do inencontrável: Uma missão politicamente (in)correta. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 27(31), 109-125.
- Fairclough, N. (2003). ‘Political correctness’: The politics of culture and language. *Discourse & Society*, 14(1), 17–28.
- Feres J. J., Nascimento, L. F., & Eiseberg, Z. W. (2013). Monteiro Lobato e o politicamente correto. *Dados*, 56(1), 69-108.
- Feres J. J. (2017). Esquerda, direita e o politicamente correto: Breve estudo comparado. *Revista USP*, 115(4), 12-28.
- Gutierrez, G., Bettine, M. (2013). Teoria da ação comunicativa (Habermas): Estrutura, funcionamento e implicações do modelo. *Veritas*, 58(1), 2-18.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Tempo Brasileiro.
- Hall, S. (2014). A Identidade Cultural na pós-mocernidade. *Cojectura*, 19(2), 199-203.
- Handke, K. (2001). *Political Correctness in the U.S Its Effects on Language, Its Use, and Attitudes Toward the Movement*. Katholische Universitat Eichstatt.
- Kholberg, L. (1963). The claim to moral adequacy of a highes setage og moral judgment. *Journal of Philosophy*, 70(1), 630-646.
- Kholberg, L. (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Ed. Desclée de Brouer.
- Lytard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna*. Ed. Gradiva.
- Martins, J. S. (2019, 22 de fevereiro). Medo de Lobato? *Jornal Valor*, coluna social.
- Morato, E., & Bentes, A. (2017). “O mundo tá chato”: Algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem. *Revista USP*, 115(1), 11-28.
- Narloch, L. (2009). *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Leya.
- Neves, M. H. M. (2012). A incorreção política do policiamento da metalinguagem: A propósito do cultivo irracional do “politicamente correto” em linguagem. *Todas As Letras*, 14(2), 1-12.
- Neves, M. H. M. (2014). Do “politicamente correto” ao incorretamente polido. *D.E.L.T.A.*, 30(1), 137-160.

Weinmann, A. O., & Culau, F. V. (2014). Notas sobre o politicamente correto. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2).

Notas

Financiamento: *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*- Fapesp. Processo número 2018/11558-6.

Revisão do Português, formatação, e preparação: Maria Thereza Sampaio Lucinio – thesampaio@uol.com.br . English version: Viviane Ramos-vivianeramos@gmail.com

Mimimi: por que a pesquisadora feminista aqui não quer calar a boca

Anna Carolina Longano

Resumo: Este é um texto violento, com leitura indicada para pessoas maiores de idade e com estômago forte, que parte de uma provocação: ainda é relevante pesquisar Mulheres? Entendendo Mulheres como um campo de estudo, o texto embasado na teoria feminista apresenta a violência contra as mulheres através da memória, silenciamento e esquecimento histórico de nossos corpos. A partir de uma crítica artística ocorrida em 2018, estudos anatômicos de III a.C. e uma investigação jornalística de 2021, o texto analisa como diversas violências aconteceram e acontecem contra as mulheres. Vencendo o medo e rompendo o silêncio, o texto pretende esclarecer a importância e relevância da realização de produção, comunicação e ampla divulgação de conhecimento de Mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Feminismo. Corpo. Memória. Esquecimento.

Whining: why the feminist researcher here doesn't want to shut up

Abstract: This is a violent text, to be read for 18 + people and with a strong stomach, which is part of a provocation: is it still relevant to do Women's Studies? Understanding Women as a field of study, the text based on feminist theory presents violence against women through memory, silencing and the historical forgetfulness of our bodies. Based on an artistic criticism that took place in 2018, anatomical studies from III B.C. and a journalistic investigation from 2021, the text analyzes how different types of violence happened and happen against women. Overcoming fear and breaking the silence, the text intends to clarify the importance and relevance of the production, communication and wide dissemination of knowledge of Women.

Key Words: Women. Feminism. Body. Memory. Forgetfulness.

Quejidos: por qué la investigadora feminista aquí no quiere callar

Resumen: Este es un texto violento, para ser leído por personas mayores y con estómago fuerte, que forma parte de una provocación: ¿sigue siendo relevante investigar Mujeres? Entendiendo Mujeres como campo de estudio, el texto basado en la teoría feminista presenta la violencia contra la mujer a través de la memoria, el silenciamiento y el olvido histórico de nuestros cuerpos. A partir de una crítica artística realizada en 2018, estudios anatómicos del III a.C. y una investigación periodística de 2021, el texto analiza cómo sucedieron y suceden diferentes tipos de violencia contra las mujeres. Superando el miedo y rompiendo el silencio, el texto pretende esclarecer la importancia y relevancia de la producción, comunicación y amplia difusión del conocimiento de Mujeres.

Palabras claves: Mujeres. Feminismo. Cuerpo. Memoria. Olvido.

Pleurnicher : pourquoi la chercheuse féministe ici ne veut pas se taire

Résumé: Il s'agit d'un texte violent, à lire pour les personnes âgées et au ventre fort, qui fait partie d'une provocation: est-il toujours pertinent pour la recherche sur les Femmes? Comprenant les Femmes comme un champ d'étude, le texte basé sur la théorie féministe présente la violence contre les femmes à travers la mémoire, le silence et l'oubli historique de nos corps. Sur la base d'une critique artistique qui a eu lieu en 2018, d'études anatomiques de III B.C. et d'une enquête journalistique de 2021, le texte analyse comment différents types de violence se sont produits et se produisent contre les femmes. Surmonter la peur et rompre le silence, le texte entend clarifier l'importance et la pertinence de la production, de la communication et de la large diffusion des connaissances des Femmes.

Mots clés: Femmes, Féminisme, Corps, Mémoire, Oubli.

4 Doutoranda no ProMuSPP, é mestra em Ciências pela EACH-USP, Bacharelada em Artes Cênicas pela USP. Atriz, escritora, pedagoga e pesquisadora, faz parte do grupo de pesquisa ECOAR (EACH-USP). Cocriadora da Cia. Ruído Rosa. Investiga feminismo, corpo, arte e pedagogia. <https://orcid.org/0000-0003-4099-6781>

Fazendo pesquisa ou mimimi?

[...] enfrentamos resistência na forma de uma pergunta que nos foi feita repetidas vezes: por que **apenas** artistas mulheres? Essa pergunta frequentemente era seguida da observação questionável, e talvez descaradamente ofensiva, de que “artistas **mulheres estão na moda**”. Alguns diziam que as artistas mulheres **já haviam conquistado o reconhecimento que lhes era devido** e que, portanto, a mostra não só era desnecessária como não deveria ser feita, porque confirmava a ideia de que **a América Latina é machista** [...] Um célebre artista conceitual reconheceu que as mulheres haviam sido, sistematicamente, marginalizadas, mas explicou que ele não tinha a autoridade moral para remediar a situação. Ele professou sua falta de interesse e prosseguiu declarando que, dada a emergência de perspectivas contemporâneas relativas a, por exemplo, estudos sobre a arte *queer*, **uma exposição dedicada a artistas mulheres, além de ser irrelevante, era ultrapassada. [grifos nossos]** (Giunta & Fajardo-Hill, 2018, p. 18)

Esse relato foi feito pelas duas curadoras, a venezuelana Cecilia Fajardo-Hill e a argentina Andrea Giunta, sobre o processo de pesquisa da exposição *Mulheres Radicais: arte latino-americana, 1965-1980*. Esta exposição ficou em cartaz na cidade de São Paulo em 2018, e foi apenas na leitura de um livro sobre a exposição que fiquei sabendo sobre seu processo de produção.

Faz dois anos que li pela primeira vez esse relato, e essa história não sai da minha cabeça. Artistas mulheres estão na moda? Então devo ser bem incompetente, porque sou artista há anos e ainda não consegui meu lugar ao sol...

Mas nem é isso o que fazia essa história sempre voltar à minha cabeça. Pesquisar, registrar, documentar e comunicar pesquisas dedicadas às mulheres são ações, além de irrelevantes, ultrapassadas? Sério? São mesmo? E o que estou fazendo aqui, em 2021, realizando uma investigação acadêmica de Mulheres? Uma pesquisa irrelevante e ultrapassada?

Bem, algumas palavras grudam na nossa cabeça e a gente não consegue tirar. Eu sei que esse célebre artista está errado, mas ao mesmo tempo consigo duvidar de mim mesma, com base nesse comentário dele... Eu sinto, vejo, leio, estudo e vivo o suficiente para entender, saber, sentir que estudar Mulheres é fundamental e urgente. Se você quiser enquadrar minhas referências científicas não hegemônicas a partir de métodos positivistas de se fazer Ciência, posso até provar como é importante e relevante isso aqui que estou fazendo. E, ainda assim, esse relato, essa história e esse cidadão voltam à minha cabeça, tão fortes como se tudo isso tivesse acontecido comigo, virado mais uma memória de violência contra meu corpo, dentre as tantas que já tenho.

Se o célebre artista, ao fazer seu *mansplaining*, afirmou não ter a autoridade moral para remediar a marginalização das mulheres na arte, eu tenho. Tenho autoridade moral, falta de vergonha e/ou coragem. Porque uma das coisas que aprendi é que você pode ser uma vítima

incontestável de uma violência extrema, mas se abrir a boca e apontar quem foram/são as pessoas, sistemas e organizações responsáveis por te oprimirem, você passa, em um piscar de olhos, de vítima a culpada.

Ao investigar Mulheres não estamos totalmente sem referências de possibilidades de se construir uma investigação sem reproduzir os valores, ferramentas e processos que nos excluíram por tanto tempo da produção de conhecimento. No mesmo livro sobre a exposição, aprendi que algumas artistas mulheres, para produzir suas artes, usavam “termos vulgares para descrever” suas experiências, como “uma estratégia de liberação que começava com as mulheres usando e assumindo palavras que, essencialmente, lhes haviam sido negadas” (Melendi, 2018, p. 230).

Parto dessa sacada genial dessas artistas como referência para a escrita deste texto a partir de agora. Estou falando, desde a primeira linha, sobre violência contra mulheres. Diversos tipos de violências que podem ser executadas contra os corpos daquelas que se identificam como mulher. E, como ressalta a artista mexicana Ileana Diéguez (2016), “a violência transforma a vida, os modos de representação, a linguagem, as imagens” (p. 34).

A violência que vivemos diariamente, sistemicamente, há muitos, muitos anos, tinha que aparecer nesse texto, escorrer pelas linhas, descer pelos seus olhos arregaçando suas entranhas. Obviamente, eu não sei como fazer essa porra.

Mas sei quando dizem que sou violenta: quando me aproprio das palavras, do linguajar, dos palavrões e do jeito de falar que definem, para mim, como masculinos.

Caralho, eu falar/escrever assim é violento? Se foder, violento é essa língua excludente que me obrigam há anos a falar, escrever e ler. Mas, na verdade, talvez os palavrões não sejam a melhor estratégia. Mais violento do que qualquer termo é sabermos que a generalização é sempre feita no masculino, e que quando se trata de nós, “aqueles que têm importância, um lugar de fala, um status de sujeito político, de cidadania, de autoridade”, estamos falando de um nós masculino (Navarro-Swain, 2013, p. 51)!

A generalização feita dessa forma já me exclui, já evidencia que eu não faço parte daquilo, deixando as outras vozes, os corpos que não são os hegemônicos, no espaço de exclusão, esquecimento, no subterrâneo das entrelinhas. Na verdade, escrever tudo isso colocando sempre um “o” no final é muito mais violento do que qualquer palavrão...

Confesso que, junto com essa reflexão, caminha junto uma covardia em saber que um texto repleto de palavrões resultaria em uma avaliação negativa de uma banca avaliadora, fazendo o texto terminar em uma pasta qualquer do meu *notebook*. Bem, se você está me lendo, sabe que, pelo

menos parcialmente, este texto foi aceito e que há espaços para realizarmos pesquisas acadêmicas partindo de referências não hegemônicas e de propostas diferentes de comunicação de conhecimento. E que, para mais alguém além de mim, esse mimimi irrelevante e ultrapassado que chamo de pesquisa produziu interesse.

Diversas artistas latino-americanas presentes na exposição *Mulheres Radicais: arte latino-americana, 1965-1980*, mesmo sem se conversar, em diferentes tempos, países e línguas, acabavam usando estratégias em comum para produzir sua arte e criar outras representações do corpo de mulher. Entre essas estratégias estavam experimentações artísticas “para combater concepções patriarcais do corpo da mulher”, ações performáticas “com seus próprios corpos”; promoção de “novas narrativas e modos de experimentar o tempo e o corpo” e “estratégias multidisciplinares voltadas à desestabilização de expectativas culturais e ao convite à criação de novos imaginários” (Reiman, 2018, p. 271).

É por isso que pego esse vocabulário que “age para solapar autoridade, a força e até o humor do que uma mulher tem a dizer” (Beard, 2018, p. 40) e o uso aqui. Pego as tentativas de trivializar nossos saberes, nossas lutas e nossos corpos, e as coloco aqui, no texto, através de expressões como mimimi ou histeria. E aí, continua sendo engraçado quando sai da minha boca? Ou estou exagerando o que era só uma brincadeira inocente?

Bom, para terminar essa histeria introdutória, trago uma última coisa: não quero sua empatia. Não quero que você se coloque no meu lugar, ou no lugar de algumas mulheres, para imaginar ou “entender” nossa dor por uma analogia. Não quero que você calce um sapato de salto, ande com ele e, ao fim do dia, com o pé machucado e a coluna dolorida, venha dizer que sabe pelo que nós passamos.

Em primeiro lugar, eu não uso sapato de salto, então pode tirá-lo do seu pé. Em segundo lugar, não quero que alguém tente compreender melhor nada, só peço que você me leia até o final e respeite o que estou trazendo, pelo ponto de vista que estou trazendo, embasada nos saberes que tenho.

Você não precisa concordar. E, concordando ou não, não precisa se alterar dizendo que eu não estou incluindo tal coisa neste texto. Não, não estou, nem disse que o faria. Todo registro é parcial, pessoal, opinativo e limitado, como veremos logo mais.

O que eu trago é: de salto alto ou não, ser mulher é muito, muito difícil!

Dá para pesquisar o que não existe?

Antes de continuar, é bom esclarecermos umas coisinhas. Quando escrevo Mulheres, assim, com M, me refiro a um campo de estudo, e não a uma construção de um indivíduo com determinadas características físicas, anatômicas e comportamentais.

Partindo das palavras de Tania Navarro-Swain (2013, p. 59), “para as feministas, o corpo das mulheres não é mais uma prisão identitária, mas uma superfície de transformações do pensamento e da apreensão do mundo, fora do esquema binário sexuado”.

Lembro, então, de uma obra da artista plástica estadunidense Barbara Kruger (1989), feita em um momento no qual mulheres de Washington lutavam contra leis antiaborto:

Figura 01 – Seu corpo é um campo de batalha



Fonte: Kruger (1989).

Esta obra traz à tona o corpo da mulher sendo usado pelas pessoas que estavam no poder como campo de batalhas políticas, morais, religiosas e sociais. O corpo de mulher ganha *status* de lugar, podendo ser invadido, dominado, disputado, conquistado. Para transformar esse campo de batalha em uma superfície de transformação, saímos do pensamento patriarcal e bélico, para falar de outro campo. Ao falar de Mulheres, falamos de um campo de estudos.

A pesquisadora portuguesa Maria do Mar Pereira (2017), no livro *Power, Knowledge and Feminist Scholarship: an ethnography of academia*, foi responsável por introduzir este

entendimento aos meus estudos. Ao usar o termo *Women's, Gender, Feminist Studies* (WGFS), Maria apresenta o Estudo das Mulheres, Gênero e Feminismo não mais como temas, mas sim como um campo de estudo.

A brasileira Marlise Matos (2008, p. 333), há mais de 10 anos já trazia Gênero e Feminismo como novo campo “nas ciências humanas e sociais e mesmo um novo campo epistêmico das ciências”. Parto das palavras de Marlise, acrescentando Mulheres a esse campo, entendo que Mulheres, Gênero e Feminismo não são entendidos como “conceitos, ferramentas ou construto analítico” (Marlise, 2008, p. 333), mas como campo de produção de conhecimento contra hegemônico, trazendo para o fazer científico e acadêmico outras referências, outras possibilidades de comunicação, outras perspectivas e questionamentos, estando as mulheres como sujeitas das pesquisas que realizam, e não mais objeto.

Dentro desse campo de estudo não tão novo, mas ainda não reconhecido plenamente na Ciência e na Academia, estudo Mulheres a partir do corpo. Como corpos de mulheres vêm sendo entendidos, registrados, retratados, protegidos, violentados, lembrados e apagados na nossa história?

Investigo corpos de mulheres entendendo e aceitando que não somos um grupo homogêneo, que não conseguirei abranger todas as possibilidades corporais de ser mulher e que meu olhar sempre será parcial e influenciado por quem sou.

E é com essa consciência que afirmo que, se com meus privilégios, ser mulher é muito, muito difícil, imagino para outros corpos de mulheres. As minhas clivagens facilitam bastante a minha vida: sou branca, pós-graduanda, cis, hétero. As intersecções que formam uma mulher podem facilitar um pouco, ou dificultar muito, sua vida: raça, situação econômica, ser LGBTQI+, localização geográfica e segue uma longa lista...

A questão é que quando você se identifica como mulher, você nunca estará em pé de igualdade com um padrão de homem, cis, hétero, branco, rico, estudado etc. Temendo que essa frase seja interpretada como genérica demais e minimizada, faço então um recorte para o campo jurídico.

Segundo o relatório *Meu corpo me pertence: reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação* (2021), em todo o mundo, as mulheres têm apenas 75% dos direitos legais existentes para os homens, ou melhor, para os que são compreendidos como homens por quem faz essas leis. Você pode estar próxima de ter os 100% de direitos garantidos aos homens, pode estar distante, ou ainda, pode parecer que para as mulheres os direitos legais não existem.

Outra coisa importante a ser esclarecida é que sou feminista e estudo Feminismo. O termo feminista não define uma linda comunidade de mulheres chatas, feias, mal-amadas e com pelo no sovaco que só ficam de mimimi o dia inteiro. Parto da definição da feminista anarquista boliviana María Galindo (2013, p. 134, em tradução livre) para apresentar o feminismo como “o conjunto de lutas e rebeldias [...] tanto individuais como coletivas, para enfrentar e desobedecer” e acabar com o patriarcado.

Misturo minhas palavras às de María Galindo por alguns motivos: ainda que minha principal base teórica sejam as feministas anarquistas, estudo diferentes feminismos, e esses diferentes saberes me atravessam e me transformam; María traz, nesse trecho, o feminismo como um conjunto de lutas e rebeldias das mulheres. Mas, concordando com outra mulher, a feminista negra estadunidense bell hooks (2019), o feminismo é uma luta de todas as pessoas, e não apenas das mulheres.

Assim como não existe A mulher, não existe O feminismo. Entendendo Feminismo como campo de estudos, nos deparamos com diferentes feminismos, que possuem muitos pontos convergentes e divergentes, sendo esse campo lugar de produção de conflitos e reflexões, e não de verdades estáticas. Eu posso ter em María Galindo uma das principais referências feministas, mas não devo segui-la cegamente. O nome disso é fanatismo, e não feminismo.

Já o termo feminazi surgiu como tática patriarcal de desvalorização de nossas lutas, quando o termo feminismo é associado ao termo nazismo. Basicamente, quando abrimos a boca para lutar e desobedecer ao patriarcado, somos comparadas aos nazistas.

Para terminar esse mimimi, ainda gostaria de dedicar poucas linhas ao patriarcado. Pode esquecer aquela imagem, essa sim ultrapassada, de que ao falar de patriarcado estou falando apenas do patriarca, o pai da família. Antes fosse...

O patriarcado não é apenas “um sistema de opressões sem forma única e linear”, o patriarcado é O sistema de opressão e dominação, o eixo central no “qual se sustentam todas as opressões” (Galindo, 2013, p. 91, em tradução livre).

A feminista italiana Silvia Federici (2017) apresentou no livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* como o sistema patriarcal foi a base na qual se ergueu o sistema capitalista. A pesquisadora estadunidense Gerda Lerner (2019), no livro *A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*, esclarece como o patriarcado, muito antes do capitalismo, foi a base para as sociedades mesopotâmica, hebraica e judaica.

Essas estudiosas do Feminismo esclarecem, através de extensas e complexas (e menosprezadas) pesquisas e interpretações, como a organização inicial do patriarcado, do pai dono dos corpos de suas esposas, escravos, filhos e idosos, saiu das casas e foi responsável pela organização do Estado, das leis, de religiões e da economia.

O patriarcado saiu da casa, de um gênero, de uma figura, para se tornar um “conjunto complexo de hierarquias sociais expressas em relações econômicas, culturais, religiosas, militares, simbólicas cotidianas e históricas” (Galindo, 2013, p. 91).

Foram essas as bases que me levaram a querer investigar Mulheres. Formei, com essas referências, uma lupa, e que susto eu levei ao apontar essa lupa para os corpos das mulheres. A palavra estava ali: mulheres. Mas o que me motivou a iniciar um doutorado foi a percepção que a lupa me trouxe: as mulheres não existem!

Sim, as mulheres existiam, mas os corpos de mulheres? Não, esses não. Existiam os corpos-padrão de homens, branco, cis e os outros. Qualquer ser humano que não tivesse um pênis, uma pele branca, ou características consideradas “normais” por quem estava no poder, era o outro.

Como Corpo passa a ser um campo de estudo na passagem do século XIX para o século XX (Courtine, 2011), o corpo só pode ser estudado, antes disso, através de diferentes disciplinas e campos. Exponho um pouco mais sobre essas representações corporais em diferentes áreas na dissertação de mestrado que produzi, intitulada *Seu Corpo, sua arte: uma jornada artística-pedagógica-corporal*, orientada pela Profa. Dra. Marília Velardi (Longano, 2020). Mas vamos trazer um pequeno exemplo aqui.

Através da Anatomia, desde o século III a. C. já existiam estudos do anatomista grego Herófilo descrevendo o corpo da mulher como um homem invertido: “a vagina um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (Laqueur, 2001, p. 16).

Herófilo conseguia, mesmo naquela época, saber que um ovário é ridiculamente diferente de um testículo. E, anos depois, diversos erros/desconhecimentos de Herófilos foram sendo apontados, mas todos em relação ao corpo do homem. Sobre o corpo da mulher? Silêncio. Ou esquecimento? Continuemos...

A partir do século XVIII, sob forte domínio da Igreja, a Ciência e a Medicina não conseguem mais ignorar o corpo da mulher (cis e branca, claro!), e daí ela passa a ser a outra não por inversão, mas por total diferenciação. Surgem então “inúmeras construções estigmatizadoras e misóginas do poder médico”, que tratam cada diferença entre os corpos como prova de que a

“constituição física da mulher por si só inviabilizaria sua entrada no mundo dos negócios e da política” (Rago, 1998, p.13).

As individualidades dos corpos começam a se firmar, na teoria, apenas na década de 1960, por influência do mimimi e histeria dos movimentos sociais como o feminismo e o movimento negro! Viva, pelo menos na teoria, os corpos de mulheres começam a ter espaço! Será?

Quais corpos são registrados, retratados, respeitados, protegidos? Quem são as pessoas responsáveis por essas ações? E como elas pensam/agem? Não podemos esquecer, como bem lembra a pesquisadora Tania Navarro-Swain (2013, p. 55), que as “narrativas sobre o humano, chamadas ‘história’ e todos seus derivados, como a história da arte”, são feitas de acordo com os valores, as representações sociais e as referências de quem narra. Assim, narrativas marcadas por dominações e opressões recheiam nossas referências, produções artísticas, acadêmicas, científicas, sociais, econômicas...

Por isso que já aconteceu, provavelmente muitas vezes, de você ler um livro com uma personagem definida como heroína e pensar: “Que mulher chata! Não tem nada a ver comigo!”. Ou ainda, olhar para uma propaganda que mostrava uma mulher branca, magra, sorridente e de cabelos lisos portando orgulhosa um eletrodoméstico, e não entender como aquela imagem era tão absurdamente diferente de sua mãe e sua avó. Ou ainda, folhear livros didáticos e pensar o que estavam fazendo as mulheres enquanto os homens brancos e europeus faziam todo o trabalho pesado!!!

Também tem aquelas vezes em que você ouve uma história, narrada pelas pessoas que não fazem a chamada História, e percebe como está diferente de tudo o que você aprendeu como verdade. Por exemplo, mulheres não podiam fazer aborto. Mas tem aquela tia que perdeu um bebê com uma história tão mal contada... Ou você ouviu que as mulheres não podiam trabalhar, mas sabe que desde sua bisavó as mulheres trabalhavam (seja como escravas, seja como trabalhadoras livres, seja como algo entre escrava e trabalhadora livre).

Percebeu o que vi quando olhei para o corpo das mulheres? Tinham ali uns registros, umas referências, uns exemplos... Mas aquilo ali não parecia em nada com qualquer mulher que eu conheci! Por isso que afirmei, há algumas linhas, que as mulheres não existiam!

O corpo da minha mãe, por exemplo, não existia registrado em nenhum lugar. Mas eu sabia que ela estava ali e sabia, inclusive, que ela era diferente do que tentavam me ensinar como A mulher. Ela não existia por um lado, mas existia por outro...

Foi então que, através da disciplina de pós-graduação do Programa de Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), intitulada *Memória Coletiva, Memória de Lugares e Políticas de Memória*, ministrada pelos professores Martin Jayo e Soraia Ansara, comecei a olhar para a existência dos corpos das mulheres sob a perspectiva da memória.

Difícil de lembrar ou fazendo força para esquecer?

Michael Pollak, sociólogo e historiador, no texto intitulado *Memória, Esquecimento, Silêncio*, fala sobre história oral das pessoas que foram prisioneiras de campos de concentração durante o regime nazista. Sim, novamente o nazi, mas não mais aquele usado para menosprezar as feministas, mas aquele mesmo, o regime que matou milhares de pessoas que não tinham os corpos considerados certos por quem estava no poder.

Ao dizer sobre as histórias que aquelas pessoas viveram nos campos de concentração, Pollak apresentou como muita coisa foi silenciada, porém não esquecida:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (Pollak, 1989, p. 6)

Era isso! Certamente, muitas histórias das mulheres são esquecidas e, pode deixar que já voltarei a esse ponto. Mas aquele pontinho que me inquietava, das mulheres existirem e não existirem, poderia ser interpretado por esse viés da memória.

Usando o termo do Pollak, algumas lembranças dissidentes das mulheres estão sendo cuidadosamente transmitidas. Ainda que cheia de furos e lacunas, algumas lembranças chegaram até mim. Algumas lembranças chegam até nós e é por isso que sabemos que, apesar do que possam afirmar os registros, os desenhos, a Arte, a Igreja, o Estado e a economia, outras possibilidades de ser, existir e viver são possíveis!

Segundo Pollak (1989), teríamos então duas memórias correndo em paralelo: aquela passada e imposta por uma sociedade majoritária ou Estado, e a outra memória de grupos específicos, que ele chama de memória subterrânea. Parto, então, de Pollak para entender melhor a existência e inexistência das mulheres: existe O corpo da mulher, aquele apresentado por cartilhas, livros, pela Medicina, as leis e a Ciência, e existem os corpos de mulheres, aqueles que nós vamos descobrindo

em nós mesmas, no almoço de domingo após uma dose a mais de cerveja de nossa tia, naquela tarde chuvosa em que comemos bolo e conversamos com nossa mãe...

Talvez você esteja se perguntando, como eu me perguntei: mas por que essas memórias ficaram subterrâneas? Por que a mulherada não saiu colocando a boca no trombone?

Continuando a emprestar as palavras de Pollak (1989) para o meu mimimi, ele diz que essas memórias podem ter se tornado subterrâneas por três diferentes motivos: por serem proibidas, indizíveis e/ou vergonhosas.

Quantas vezes nossas histórias não foram/são proibidas de circularem por quem estava no mais alto poder? Seja o Estado, o dono da empresa, o patriarca da família, quantas pessoas apenas tiveram/têm que calar a boca e ponto?

Quantas vezes deixamos uma memória indizível para o nosso próprio bem? Será que é fácil falar de uma memória violenta? Será que trazer à tona uma situação não vai nos prejudicar ainda mais?

E quantas vezes a nossa história não é vergonhosa para nós mesmas? Por mais que a gente saiba o porquê de termos agido de tal forma, é confortável assumir isso?

Através da memória, ficou mais evidente para mim, como pesquisadora e artista, que eu devia parar de ficar questionando por que as mulheres não saíam/saem por aí gritando suas histórias. Se queremos que outras mulheres existam, devemos propiciar que essas memórias, esses corpos, saiam do subterrâneo, implodam o solo, esguichando por todo o lado, borrando, manchando e inutilizando O corpo patriarcal da mulher.

E isso é urgente e necessário, porque como alerta o próprio Pollak (1989, p. 10), há uma fronteira entre o que é silenciado, o que está no subterrâneo e o que será esquecido. Se uma memória subterrânea não “invadir o espaço público” passando a ser entendida como “contestação e reivindicação”, ela poderá ser esquecida (Pollak, 1989, p. 10).

Antes de continuarmos, é importante ressaltar, como escrevi lá no começo do texto e é óbvio que você não vai lembrar depois de tantas páginas, não é possível abarcar tudo. Nunca. Nenhum texto, nenhuma memória, nenhuma representação de corpo, nenhuma luta, nenhum mimimi vai abarcar tudo. E com a memória e o esquecimento isso também acontece.

Trago como referência a socióloga Elizabeth Jelin (2001, p. 29), em seus estudos sobre a ditadura na América do Sul, quando ela afirma: “toda narrativa do passado implica uma seleção”. Assim como Pollak afirma que existem diferentes memórias subterrâneas, Elizabeth afirma que

existem diversos tipos de esquecimento, com diversos usos e sentidos. Porém, a própria autora alerta para o perigo de um esquecimento seletivo, instrumentalizado e manipulado.

E é para esse esquecimento que estou olhando neste texto. Cada mulher vai saber por que silenciou/silencia suas histórias. Mas quando Herófilo falava que o corpo da mulher era o corpo do homem invertido e piorado, por que outras pessoas, ao perceberem que isso não era verdade, “esqueceram” de falar sobre isso? Por que tantas pesquisadoras são ignoradas e “esquecidas” em seus meios? Por que um célebre artista insinua que já está na hora de “esquecer” essas coisas de mulheres e focar em outra coisa? Por que a grande imprensa “esquece” de falar sobre acusações de abuso de meninas e adolescentes?

Ao pensar nos corpos das mulheres, existe uma dificuldade inerente ao fato de termos nascido em uma sociedade que tem o patriarcado como seu eixo. Nossas memórias são subterrâneas e convivemos com pequenas erupções que trazem à tona outras histórias e corpos e que, periodicamente, colocam em xeque a versão “oficial” dos documentos.

Mas, como alerta a historiadora britânica Mary Beard (2018), não basta perceber um padrão que funciona para descapacitar as mulheres, mas é fundamental questionarmos do que se trata exatamente esse padrão e onde o adquirimos.

Podemos, então, utilizando um termo do filósofo e cientista social Johann Michel (2010), pensar que existe uma política de esquecimento para as mulheres? Uma política que não só se esforça para nos deixar bem embaixo da terra, como cobre a terra com um lindo e funcional asfalto?

Pois enquanto há um trabalho diário para que algumas histórias sejam totalmente esquecidas, parece existir o mesmo esforço para que algumas histórias e corpos sejam não somente lembrados para todo o sempre, como se tornem exemplos, referências, heróis e mitos. E, finalmente, chegamos no ponto que me fez escrever todo este texto: quantas mulheres são violentadas, silenciadas, esquecidas e apagadas até hoje?

E por esse corpo: quer pagar quanto?

No dia 15 de abril de 2021, no site da Pública, uma agência independente de jornalismo investigativo, foi postada uma matéria intitulada *As acusações não reveladas de crimes sexuais de Samuel Klein, fundador da Casas Bahia* (Barros et al., 2021).

Preste atenção, não estou falando das acusações contra Saul Klein, filho de Samuel. Sobre Saul, provavelmente, você ouviu alguma coisa. Veiculadas em sites, jornais e até no Fantástico,

famoso programa dominical, muitas foram as notícias sobre as investigações de aliciamento e estupro de mais de 30 mulheres por Saul Klein.

Enquanto já tinha visto muita coisa sobre Saul, só descobri a matéria da Pública no dia 16 de abril de 2021, após indicação do meu marido, que tinha lido uma coluna num famoso portal de notícias, intitulada *Caso Samuel Klein: “o rei do varejo” está morto, mas também está nu* (Dip, 2021).

Esclarecendo, então, estou falando de Samuel Klein, o pai, o fundador das Casas Bahia. A investigação feita pela Pública:

[...] ouviu mais de 35 fontes, entre mulheres que o acusam de crimes sexuais, advogados e ex-funcionários da Casas Bahia e da família, consultou processos judiciais e inquéritos policiais, teve acesso a documentos, fotos, vídeos de festas com conotação sexual e declarações de próprio punho das denunciadas, além de gravações em áudio que indicam que, ao menos entre o início de 1989 e 2010, Samuel Klein teria sustentado uma rotina de exploração sexual de meninas entre 9 e 17 anos dentro da própria sede da Casas Bahia, a icônica loja no centro de São Caetano do Sul, e em imóveis de sua propriedade situados na Baixada Santista e no município de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. (Barros et al., 2021)

Trago apenas esse resumo e te convido a ler na íntegra a matéria da Pública. Porém, verdade seja dita, uma parte de mim até preferia que você não lesse o texto. Dói. Dói de um jeito que eu não sei descrever, porque ainda estamos buscando alguma palavra ou expressão que consiga pelo menos se aproximar da atrocidade de algumas violências que sofremos... Fica então, por sua conta e risco, ir atrás da matéria na íntegra.

Gostaria de lembrar que não sou juíza, não estou por dentro dos processos e seria no mínimo leviano, se não criminoso, dar o veredito de inocente ou culpado ao acusado. O que faço, neste texto, é partir das informações e consequências dos casos presentes na matéria como campo de análise, relacionando as informações com memórias subterrâneas, a violência contra os corpos das mulheres e as estratégias de esquecimento. Antes que você rasgue seus boletos e diga que não paga mais uma prestação de seu fogão, esclareço que as Casas Bahia atualmente pertencem ao conglomerado Via Varejo, que lançou uma pequena nota dizendo que não sabia dessas ações e que a família Klein não tem mais envolvimento direto com as lojas. Antes que esse caso possa ganhar repercussão maior que o caso do Saul, o grupo já está remodelando suas ações de marketing, tirando as Casas Bahia como principal patrocinadora de jogos de futebol (Vaquer, 2021).

Vamos, então, por partes. Antes de existirem as memórias subterrâneas que, ao implodirem o asfalto, geraram as acusações de exploração sexual, houve uma história não tão subterrânea assim. Segundo a Pública, foram ouvidas, além das mulheres que fazem a acusação, “seguranças, ex-

funcionários, motoristas de táxi, assistentes pessoais de Samuel, [...] vizinhos de prédio e lojistas” (Barros et al., 2021).

Na matéria, diferentes fontes apresentam recortes dessas memórias subterrâneas. Uma das mulheres acusadoras diz que conheceu o empresário por indicação de uma vizinha. Outra diz que foi levada ao encontro do empresário por sua irmã mais velha. Um taxista afirma que levava meninas de comunidades carentes à loja localizada em São Caetano do Sul. Uma ex-funcionária da loja afirmou que dava dinheiros e produtos para adolescentes, por mando de seus superiores.

Nas diversas fontes apresentadas pela matéria, uma constância são os corpos de meninas e adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica. A independência financeira negada às mulheres, assim como “tradições de herança patrilinial e sistemas de educação que deixam de transmitir conhecimento às meninas sobre seus corpos e direitos”, são fatores fundamentais para minar mulheres e meninas de “tomar decisões autônomas na vida” (Meu corpo me..., 2021). Ou seja, a pobreza é um prato cheio para a violência contra os corpos.

Assim como já escrevi anteriormente, a questão não é apontar o dedo para cada pessoa e questionar por que algumas pessoas mantiveram o silêncio. Os motivos são vários. Segundo a matéria, uma ex-funcionária afirmou que a situação era constrangedora, mas tinha que seguir ordens. Algumas meninas afirmaram ter medo e vergonha do que aconteceu. Outras demoraram a entender que aquilo que sofriam era crime. E assim, por serem proibidas, indizíveis ou vergonhosas, memórias subterrâneas foram se formando.

Mas, como já exposto anteriormente, algumas memórias não são apenas deslocadas para o subterrâneo, mas colocam o asfalto por cima da terra, deixando quase impossível que elas perfurem a superfície e façam um estrago tão grande que não possam mais ser silenciadas, esquecidas, ignoradas.

A mãe de uma das meninas que afirma ter sido vítima dessa exploração relatou que estranhou o comportamento da filha e entrou em contato com o Samuel Klein. Porém, após ser atendida pelo empresário, que afirmou gostar da menina como uma neta, receber um livro com a biografia do empresário e um DVD com uma reportagem sobre sua história como empreendedor, pensou “que ele era um homem bom, admirei ele ter superado a guerra. Nunca iria imaginar a verdade” (Barros et al., 2021).

Como uma empregada doméstica com três empregos, que deveria dar graças aos céus por sua filha ter um homem bom gostando dela como uma neta, pode duvidar do que está registrado nos livros, na imprensa?

Aqui entramos na existência das duas memórias, conforme apresentado por Pollak (1989): a memória oficial e a memória de pequenos grupos. Quando todos os registros oficiais afirmam que é heroico e generoso o homem que gentilmente te atende pelo telefone, é simples sustentar a crença de que aquilo pode não ser verdade?

Atento que, ao falar de pequenos grupos, neste caso, podemos pensar em uma escala individual, de cada mulher que acusa o empresário, mas também podemos pensar em coletivo, em pequenos grupos, não apenas aquele formado pelas acusadoras.

Na investigação apresentada pela Pública, um atual morador de um prédio de São Vicente, local onde Klein possuía um apartamento, declarou que “os moradores se sentiam incomodados com as filas que se formavam na rua e a quantidade de pessoas que circulavam pelo prédio a caminho do apartamento do empresário” (Barros et al., 2021). Sim, exatamente isso que você leu: filas! Filas de meninas e adolescentes sabidamente direcionadas para o apartamento do empresário. Os moradores fizeram um abaixo-assinado e tiraram o ilustre morador do prédio.

Essa situação me levou a pensar o quanto de omissão social, coletiva, existe nas histórias das mulheres. Não é problema meu, não vou me meter, não é da minha conta, não tenho “autoridade moral para remediar a situação” (Giunta & Fajardo-Hill, 2018, p. 18). Será que não?

Ao mesmo tempo, sei muito bem como a violência diária nos deixa com medo. Com qual grau de poder alguém que acuse uma figura poderosa de algum crime tem que lidar? Será que se um prédio inteiro falasse sobre o que acontecia ali, alguém daria atenção?

A Pública relata que diversos acordos judiciais foram firmados entre Samuel Klein e denunciantes de abusos, que buscaram indenizações depois de adultas (Barros et al., 2021). Segundo um advogado de algumas dessas denunciantes, existia material, fotos e vídeos que mostravam abusos sexuais explícitos do empresário, porém o material usado como prova foi destruído após acordo da defesa de Klein com as vítimas.

Johann Michel, ao trazer as categorias de esquecimento que existem, aponta para a mais violenta de todas, o esquecimento destruição. Segundo Michel (2010, p. 23), essa forma é utilizada “no sentido de construir uma memória oficial hegemônica em detrimento de memórias coletivas concorrentes”. Não temos acesso a esse material, mas uma coisa é fato: pela sua história de imigrante que sobreviveu à guerra e empreendedor, Samuel Klein tornou-se nome de rua. Pelo menos por enquanto.

O coletivo Mulheres por Mais Direitos, do PSOL, da Câmara de Vereadores de São Caetano do Sul, está pressionando a prefeitura para que a rua chamada Samuel Klein mude de nome (Rocha, 2021). Na rua está localizada uma das lojas das Casas Bahia.

Trago essa ação como um exemplo de mobilidade, um exemplo de como quando a memória subterrânea fura o asfalto, as coisas podem mudar. Mas sério mesmo que você ainda acha que as coisas são tão simples assim? Temos que tomar muito cuidado pois, trazendo novamente Elizabeth Jelin (2001) como referência, existem diversos tipos de esquecimento, com diversos usos e sentidos. Os esquecimentos seletivos podem representar o início de uma grande mudança, ou podem tapar o buraco que algumas memórias conseguiram fazer e, novamente, deixar muita coisa no subterrâneo.

A ação do coletivo, a repercussão na imprensa, as denúncias, as ações individuais e coletivas são atitudes fundamentais para evidenciar, questionar e combater a violência contra nossos corpos. Assim como não existe apenas um corpo, não há somente uma forma de violentar os corpos, e não há uma fórmula mágica e uma única ação para mudar essa situação.

A gente existiu, existe e existirá!

Os nossos corpos não são suficientemente nossos, estão sempre expostos ao contato, às incidências do outro e, em particular, às atribuições dos poderes que procuram decidir como devemos viver e quem e como deve morrer. O reconhecimento dessa vulnerabilidade é essencial para entender que é possível nos desligarmos do medo e da dor que às vezes acreditamos ser estranhos, e que os atos de luto que nos envolvem além do que pensamos não são simplesmente dos outros, mas também fazemos parte deles. (Diéguez, 2016, p. 225, em tradução livre)

As violências executadas contra um corpo reverberam, afetam também outros corpos, atingem um coletivo. Uma dor individual que explode para o coletivo, violentando a todas e a cada uma de nós.

Quando falei que apontei minha lupa para os corpos das mulheres e tomei um susto, não foi por ignorar que a violência atinge nossos corpos, mas foi por me defrontar com a proporção e pluralidade dessas violências. Violências que não estão no passado, estão super vivas e fortes no nosso presente, e que parecem não ter retrocedido em nada, mesmo diante de anos de lutas feministas, de mudanças de leis, de memórias subterrâneas expostas. O que dá um medo muito grande!

Pois, emprestando as palavras da feminista negra Audre Lorde, falando ou não sobre as violências que sofremos:

a máquina vai tratar de nos triturar de qualquer maneira. [...] Podemos nos sentar num canto e emudecer para sempre enquanto nossas irmãs e nossas iguais são desprezadas [...] podemos ficar quietas em nossos cantos seguros, caladas como se engarrafadas, e ainda assim seguiremos tendo medo (Lorde, 1977)

Audre afirma que o silêncio dela não a protegeu e que, ao ficarmos quieta, estamos apenas sozinhas, e não protegidas. É pelas palavras de outras pessoas, de outras mulheres, de outras feministas, que eu escrevo este texto. São aquelas que saem dos seus cantos seguros, que rompem a terra e o asfalto com suas memórias que me inspiram a, mesmo com medo, seguir. São aquelas curadoras que, mesmo ouvindo um comentário desmerecendo seu trabalho, continuaram a fazer uma exposição sobre nós.

É por isso que a pesquisadora feminista aqui não quer calar a boca. Ao produzir este texto, uma pesquisa de doutorado, ao trazer visibilidade para nós, estou indo além de ocupar espaços, mas tento romper uma lógica opressora (Davis, 2016). Ou pelo menos questioná-la. Ou, na pior das hipóteses, expor essa lógica.

E fazer isso é muito, muito difícil, porque romper uma lógica exige a coerência de agir e pensar de outra forma. Exige testar, como as artistas feministas vêm há anos fazendo. Exige a calma de errar, de causar furor ou, principalmente, de passar despercebida, ser ignorada e, logo mais, esquecida.

Ao trazermos nossos corpos para a cena, apresentarmos nossas histórias, deixarmos nossas memórias explodirem o asfalto e borrarem todos os documentos oficiais, temos que ter o cuidado de não transformar a dor na nossa identidade, como alerta María Galindo (2013). E é exatamente por isso que estou falando da dor e da violência contra nós!

Não queremos isso, não queremos mais nossas histórias ligadas somente a isso. Não queremos mais sermos violentadas, pois isso NÃO É INERENTE aos corpos das mulheres. A violência nos foi e nos é imposta.

Sendo a Academia lugar de produção e compartilhamento de conhecimento, como pesquisadora acadêmica posso não só trazer esse assunto para a pauta, mas, principalmente, posso produzir e compartilhar um conhecimento não violento para nós. Posso produzir uma narrativa feminista que questione os eixos patriarcais de nossa sociedade, de nossa produção de conhecimento, de nossa língua. Posso tentar chamar atenção, trazer a reflexão, a indignação. E posso

fazer o registro do que foi e é silenciado, evitando que nossos corpos continuem sendo sistematicamente violentados pelo esquecimento.

Digamos, então, que este texto é a minha resposta a quem afirma que pesquisar, registrar, documentar, investigar Mulheres são ações, além de irrelevantes, ultrapassadas. Mas não se engane. Após anos e anos de estudo, esta é a minha forma acadêmica de responder e reagir a tudo isso. Mas, se ao sermos violentadas com essas perguntas/conselhos/falas/avaliações, simplesmente respondermos com um palavrão e continuarmos nossa produção... bem, é apenas uma outra forma de lutar.

Referências

- Barros, Ciro, & Levy, Clarissa, & Correia, Mariana, & Pina, Rute, & Domenici, Thiago, & Dip, Andrea (2021, 15 de abril). As acusações não reveladas de crimes sexuais de Samuel Klein, fundador da Casas Bahia. Apublica.org. Recuperado de <https://apublica.org/2021/04/as-acusacoes-nao-reveladas-de-crimes-sexuais-de-samuel-klein-fundador-da-casas-bahia/#:~:text=A%20P%C3%BAblica%20ouviu%20mais%20de,punho%20das%20denunciantes%2C%20al%C3%A9m%20de>
- Beard, Mary. (2018). *Mulheres e poder: um manifesto*. Planeta Brasil.
- Courtine, Jean-Jacques. (2011). Introdução. In: Corbin, Alain, & Courtine, Jean-Jacques, & Vigarello, Georges (Diretores). *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Vozes.
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Diéguez, Ileana. (2016). *Cuerpos sin duelo: iconografías y teatralidades del dolor*. Universidad Autónoma de Nuevo León.
- Dip, Andrea. (2021, 16 de abril). Caso Samuel Klein: “o rei do varejo” está morto, mas também está nu. Uol.com.br. Recuperado de <https://www.uol.com.br/universa/colunas/2021/04/16/samuel-e-saul-klein-predadores-sexuais-ricos-e-poderosos-nao-sao-excecao.htm>
- Fajardo-Hill, Cecília, & Giunta, Andrea (Org). (2018). *Mulheres Radicais: arte latino-americana, 1965-1980*. Pinacoteca de São Paulo.
- Federeci, Silvia.(2017). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.
- Galindo, María. (2013). *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización*. Mujeres Creando.
- hooks, bell. (2019) *o feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.

- Jelin, Elizabeth. (2001). *Los Trabajos de La Memoria*. Siglo XXI de España Editores.
- Kruger, Barbara. (1989). *Untitled (Your Body Is a Battleground)*. Fotografia em vinil.
- Laqueur, Thomas W (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume-Dumará.
- Lerner, Gerda. (2019) *A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix.
- Longano, Anna C. (2020). *Seu corpo, sua arte: uma jornada artística-pedagógica-corporal*. [Dissertação de mestrado, EACH/USP]. São Paulo, SP. Brasil. Biblioteca Digital USP.
- Lorde, Audre. (1977). *Lésbicas e literatura*. Recuperado de <http://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>
- Matos, Marlise (2008). Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. *Estudos Feministas*, 16 (2).
- Melendi, Maria A. (2018). Para construir novas casas e desconstruir velhas metáforas de fundação. In: Fajardo-Hill, Cecília, & Giunta, Andrea (Org.). *Mulheres Radicais: arte latino-americana, 1965-1980*. Pinacoteca de São Paulo.
- Meu corpo me pertence: reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação*. (2021). Relatório do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. UNFPA.
- Michel, Johann. (2010). Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, 2 (3).
- Navarro-Swain, Tania. (2013). A história é sexuada. In: Rago, Margareth, & Murgel, Ana Carolina A. T. (Ed.). *Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte*. Intermeios.
- Pereira, Maria do M. (2017). *Power, Knowledge and Feminist Scholarship: an ethnography of academia*. Routledge.
- Pollak, Michael. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3), 3-15.
- Rago, Margareth. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana, & Grossi, Miriam (Org.). *Masculino, Feminino, Plural*. Ed. Mulheres.
- Reiman, Karen C. (2018). Aparições corporais/ além das aparências: mulheres e o discurso do corpo na arte mexicana, 1960-1985. In: Fajardo-Hill, Cecília, & Giunta, Andrea (Org.). *Mulheres Radicais: arte latino-americana, 1965-1980*. Pinacoteca de São Paulo.
- Rocha, Lucas (2021, 10 de maio). Vereadoras tentam tirar nome de Samuel Klein de rua após acusações por crimes sexuais. Recuperado de <https://revistaforum.com.br/mulher/vereadoras-tentam-tirar-nome-de-samuel-klein-de-rua-apos-acusacoes-por-crimes-sexuais/>

Vaquer, Gabriel (2021, 30 de abril). Após dois anos, Casas Bahia deixam de ter marca exibida no futebol da Globo. Uol.com.br. Recuperado de <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/gabriel-vaquer/2021/04/30/apos-dois-anos-casas-bahia-deixa-de-ter-marca-exibida-no-futebol-da-globo.htm>

Capacidades Estatais em Processos de Monitoramento Participativo Mediados por TICs

Emilly Espildora⁵ e Gisele S. Craveiro⁶

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender em que medida as capacidades técnicas empregadas em processos de monitoramento participativos utilizando TICs se diferenciam daquelas envolvidas em outras modalidades de participação social. A metodologia aplicada foi estudo de caso, sendo o objeto de investigação as iniciativas de auditoria cívica. A partir disso, foi possível explorar pontos de divergência entre o modelo e o caso específico, assim como identificar novas variáveis. A análise do caso revelou aspectos inerentes aos processos participativos mediados por tecnologias promovidas pelo Estado e a complexidade do fluxo de interação entre sociedade e Estado.

Palavras-chave: Monitoramento Participativo; TICs; Capacidades Estatais; Controle Social; Participação Social.

State Capacities in Participatory Monitoring Processes Mediated by ICTs

ABSTRACT

This research aims to understand to what extent the technical capacities involved in participatory monitoring processes through ICTs differ from those involved in other social participation modalities. The methodology applied was a case study on the initiatives promoted by the Office of the Comptroller General of the Federal District for civic auditing. From this, it was possible to explore points of divergence between the model and the specific case, as well as identify new variables. The analysis of the case revealed aspects inherent to participatory processes mediated by technologies promoted by the state and the complexity of the interaction flow between society and the State.

Keywords: Participatory Monitoring; ICTs; State Capacity; Social Control; Social Participation.

Capacidades Estatales en Procesos de Monitoreo Participativo Mediados por TIC

RESUMO

El objetivo de esta investigación es entender hasta qué punto las capacidades técnicas empleadas en los procesos de control participativo mediante el uso de las TIC difieren de las implicadas en otras modalidades de participación social. La metodología aplicada fue un estudio de caso, siendo el objeto de investigación las iniciativas de auditoría cívica. A partir de ahí, fue posible explorar los puntos de divergencia entre el modelo y el caso concreto, así como identificar nuevas variables. El análisis del caso reveló aspectos inherentes a los procesos participativos mediados por tecnologías promovidas por el Estado y la complejidad del flujo de interacción entre la sociedad y el Estado.

Palabras-clave: Monitoreo Participativo; TICs; Capacidades Estatales; Control Social; Participación Social.

Capacités de l'État dans les processus de suivi participatif médiatisés par les TIC

RÉSUMÉ

L'objectif de cette recherche est de comprendre dans quelle mesure les capacités techniques employées dans les processus de contrôle participatif utilisant les TIC diffèrent de celles impliquées dans d'autres modalités de participation sociale. La méthodologie appliquée a été une étude de cas, l'objet de la recherche étant les initiatives pour l'audit civique. A partir de là, il a été possible d'explorer les points de divergence entre le modèle et le cas concret, ainsi que d'identifier de nouvelles variables. L'analyse de ce cas a révélé des aspects inhérents aux processus participatifs médiatisés par des technologies promues par l'État et la complexité du flux d'interaction entre la société et l'État.

Mots-clé: Suivi Participatif; TIC; Capacités de l'État ; Contrôle social ; Participation sociale

⁵ Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo e integrante do COLAB-USP, atualmente pesquisadora da Rede Conhecimento Social. Tem experiência com processos participativos e governo aberto.

<https://orcid.org/0000-0002-4314-8051>

⁶ Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), credenciada no Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política da USP e coordenadora do grupo de pesquisa COLAB-USP.

<http://orcid.org/0000-0002-1053-4132>

Introdução

As funções de controle estatal e social receberam maior ênfase a partir da Reforma Gerencial por conta do objetivo de recuperar a governança do Estado, dada as demandas por maior eficiência e fortalecimento da *accountability* (Bresser-Pereira, 2000). O controle social, por sua vez, pode ser visto como uma das estratégias de participação social, ao passo que é um conceito com divergências em diferentes campos do saber, ocorrendo em diferentes processos com diferentes alcances e espectros possíveis (Villi, 2018, p. 33). O monitoramento participativo, enquanto forma de acompanhamento coletivo e contínuo de alguns aspectos de interesse público (Villi, 2018, p. 59), é uma ferramenta possível para o controle social por consistir na observação da sociedade sobre as ações do Estado.

O monitoramento participativo tem como característica a mobilização de membros da comunidade local, que não necessariamente estejam acostumados com processos técnicos de coleta, mas que possuem conhecimentos acumulados sobre a sua realidade, promovendo uma pesquisa adaptada a sua cultura (Villi, 2018, p. 53). Sendo assim, esses processos devem ser entendidos como um processo social por se tratar de uma negociação que trabalha com poderes, conflitos e suas resoluções. Além da constante busca por tornar participação uma prática real (Estrella & Gaventa, 1998, p. 45; Villi, 2018, p. 57), os processos de monitoramento participativo são compostos por quatro aspectos fundamentais, sendo eles a participação, a aprendizagem, a negociação e a flexibilidade (Estrella & Gaventa, 1998, p. 17).

Nesse sentido, a expansão da infraestrutura de comunicação junto à conectividade global por meio da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) também altera profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e políticas (Parra, 2016; Vaz, 2016), mostrando grande potencial na conexão entre Estado e sociedade a partir da participação eletrônica (Oliveira & Garcia, 2019, p. 3) e novas possibilidades da participação dos cidadãos nos processos públicos de tomada de decisão (Oliveira & Garcia, 2019, p. 2). A presença da tecnologia, contudo, não é fator suficiente para a adoção dessas interpretações de uso da tecnologia na administração pública. Apesar da abertura de espaços digitais para participação, existem muitas barreiras que impedem a apropriação desses aparatos pela população, principalmente relacionadas a questões culturais e técnicas (Oliveira & Garcia, 2019, p. 6).

A adoção das tecnologias digitais no ciclo de políticas públicas, por outro lado, é concentrada nas etapas de implementação e monitoramento, sendo apenas 1,6% dessas ferramentas destinadas para avaliação de políticas e serviços públicos (Sampaio *et al*, 2016, p. 707) Apesar da atuação estratégica de órgãos de *accountability*, principalmente relacionada ao uso de TICs em processos de participação social, constatou-se poucas investigações sobre iniciativas inovadoras de atuação desses órgãos de controle no monitoramento e avaliação de políticas públicas, especialmente sobre o uso de tecnologias na promoção da avaliação de serviços públicos (Santos & Craveiro, 2020, p. 2). mostrando a necessidade de explorar essas iniciativas, especificamente sobre monitoramento participativo mediados por TICs.

O protagonismo do Estado na consolidação de espaços participativos digitais é defendido por alguns autores, como Oliveira e Garcia (2019, p. 8) e Graeff (2018, p. 27), revelando a importância de explorar iniciativas governamentais que promovam processos participativos utilizando tecnologias, dada a escassez de estudos nesta área (Santos & Craveiro, 2020, p. 2). Diante das características específicas dos processos de monitoramento participativo, mostra-se ainda relevante explorar a atuação estatal em iniciativas promovidas pelo Estado, tendo em vista as particularidades dessa modalidade de participação e a escassez de estudos sobre esse tema na literatura, uma vez que os estudos sobre a participação social foram historicamente focados na perspectiva da sociedade civil.

Apesar dessa lacuna, identificaram-se pesquisas que favorecem a perspectiva do Estado na promoção da participação social mediadas por TICs a partir do conceito de capacidades estatais, como Stefani (2015) e Parra (2017) com o desenvolvimento do conceito de Capacidade de Governo para Utilização de TICs em Processos de Participação Social (CGTPS) e também Souza (2016) com a definição das Capacidades Conversacionais.

O conceito de capacidades estatais surge com a corrente do neoinstitucionalismo e possui o objetivo de “abrir a caixa preta do Estado” para aprofundar as pesquisas sobre implementação de políticas públicas (Cingolani, 2013; Gomide, Pereira & Machado, 2017). A CGTPS, desenvolvida por Stefani (2015) e explorada por Parra (2017), assim como as Capacidades Conversacionais por Souza (2016), mostram-se como modelo analítico de grande relevância ao abordar as capacidades estatais específicas de processos de participação, especialmente aquelas relacionadas ao uso de TICs. Contudo, os trabalhos encontrados não abordam os processos de monitoramento participativo mediados por TICs, revelando uma lacuna nesta corrente de estudo.

Esta pesquisa foca em processos de monitoramento participativo mediados por TICs que foram promovidos por órgãos de controle estatal sob a perspectiva das capacidades estatais. Para tanto, o trabalho analisa as ações promovidas no projeto “Controladoria na Escola” em escolas públicas da região do Distrito Federal entre 2016 e 2018. É um projeto de prevenção primária à corrupção e surge junto a missão do órgão em formar cidadãos para a participação e controle social. Foram envolvidos mais de 4 mil alunos e 280 professores orientadores na metodologia de gamificação, na qual cada atividade recebe uma pontuação e ao final é possível definir escolas vencedoras, remetendo à ideia de uma grande gincana entre as instituições (Controladoria Geral Distrito Federal [CGDF], 2019).

A atividade principal era uma auditoria cívica, na qual os estudantes observaram e registraram a situação escolar a partir da metodologia de auditoria proposta pela CG-DF. Com essas informações, um relatório foi produzido pelo órgão apontando quais foram os problemas e desafios encontrados pelos alunos. A ação, assim como outras iniciativas promovidas por órgãos de controle governamental em escolas públicas, utilizou a ferramenta “Promise Tracker” ou também conhecida por “Monitorando a Cidade” para o monitoramento e avaliação do serviço público de educação (Villi, 2018; Santos & Craveiro, 2020). O Monitorando a Cidade é “uma plataforma de monitoramento desenhada para ajudar comunidades, indivíduos e organizações da sociedade civil a monitorar compromissos do poder público e, desta forma, demandar uma maior responsabilidade cívica dos gestores e políticos” (Monitorando a Cidade, 2017). Na iniciativa estudada, a ferramenta possibilitou a coleta de dados colaborativa e produção de informações sobre a infraestrutura escolar da região.

O objetivo desta pesquisa é, portanto, debruçar-se sobre a etapa “Auditoria Cívica” do projeto Controladoria na Escola a luz dos modelos de análise sobre capacidades estatais desenvolvidos por Stefani (2015) e Souza (2016), buscando compreender em que medida as capacidades estatais envolvidas no processo de monitoramento participativo mediados por TICs se diferenciam das capacidades envolvidas em outras modalidades de participação social. Pretende-se, também, contribuir com os estudos sobre o uso do Monitorando a Cidade para avaliação da política de educação pública, como os trabalhos de Villi (2017) e Santos e Craveiro (2020).

Capacidades estatais em processos de monitoramento participativo mediados por TICs

O conceito de capacidades estatais se mostra útil para explorar a perspectiva estatal na implementação de processos de monitoramento participativo utilizando TICs na medida que dialoga e contribui com a literatura em construção sobre capacidades estatais para participação social, além de explorar a ação estatal e possuir grande potencial para explicar as condições que viabilizam a agência do Estado e em como as organizações estatais mobilizam e transformam recursos, instrumentos e informações em ação (Lima, 2019, p. 61).

As capacidades estatais é um conceito polissêmico e disputado, existindo diferentes formas de mensuração, como Gomide *et al.* (2017, p. 3) expõe. Esse conceito aparece nos primeiros estudos sobre a relação de Estados na performance e desenvolvimento econômico, sendo o trabalho mais relevante deste período o de Skocpol (1979 como citado em Cingolani, 2013; Gomide *et al.*, 2017) que tratou da relação entre a autonomia do Estado e o desenvolvimento econômico, definindo assim os conceitos de autonomia estatal e capacidades estatais. Em perspectiva similar, Evans (1995) aprofunda as elaborações desses dois conceitos ao definir que as capacidades estatais não seriam compostas somente pelas características do aparelho estatal, mas também pelas relações do Estado com as estruturas sociais, sendo a autonomia estatal influenciada pelas capacidades que o Estado dispõe frente à sociedade, gerando a “autonomia inserida” como chave organizacional para a eficácia do desenvolvimento econômico. No Brasil, os estudos sobre capacidades estatais se depararam com um período ditatorial marcado pelas políticas de desenvolvimento econômico promovidas pelo Estado autoritário. Com a retomada dessas políticas desenvolvimentistas em contextos democráticos, surgiu a necessidade em ampliar o conceito para abarcar todas os aspectos que um governo com grande participação social necessita para não produzir ineficiências ou impasses. (Gomide & Pires, 2014, p. 16).

Como Grin (2012, p. 154) aponta, por se tratar de um conceito multinível, pode-se adaptar o conceito para traduzir a realidade empírica sem perder sua validade explicativa. Tendo como alvo os objetivos previstos nesta pesquisa, dois trabalhos encontrados na literatura chamaram atenção por desenvolverem estudos relacionados às capacidades estatais em processos de participação social, servindo como referencial teórico os conceitos desenvolvidos por Stefani (2015) sobre as Capacidades de Governo Relacionadas à Utilização de TICs em Processos de Participação Social (CGTPS) e de Souza (2016) na consolidação das Capacidades Conversacionais.

Stefani (2015) utiliza do conceito de capacidades estatais para investigar a nova abordagem de interação entre Estado e sociedade com o advento das TICs. Sendo assim, foca na utilização dessas ferramentas pelo governo para implementação de canais de participação social a partir do que ela define como Capacidades de Governo Relacionadas à Utilização de TICs em Processos de Participação Social (CGTPS). O trabalho de Parra (2017) utiliza desse conjunto definido por Stefani (2015) para explorar as capacidades envolvidas nos processos de coprodução de tecnologia entre Estado e sociedade, complementando o conceito desenvolvido ao discutir os aspectos funcionais, tecnológicos e de desenhos das TICs. No desenvolvimento do estudo de caso, Parra (2017) identificou alguns pontos de alargamento do conceito desenvolvido, principalmente no que diz respeito a capacidades de recursos humanos e capacidades tecnológicas. Visto isso, o autor afirma que existem possibilidades de ampliação do conceito (Parra, 2018, p. 124) e alargamento do mesmo (Parra, 2018, p. 119).

Estes trabalhos estudam situações em que a participação e interação entre sociedade e governo se dá totalmente por meios digitais, entretanto o monitoramento participativo, enquanto um processo social, possui desenho específico que vincula a interação entre diferentes atores e interessados, conflitos e disputas por poder, por meios físicos e digitais. Nesse aspecto, houve necessidade de dimensionar capacidades não previstas nestes dois trabalhos.

As Capacidades Conversacionais por Souza (2016, p. 110) são categorias úteis para diferentes contextos em que haja a necessidade de gerar a interação e negociação de interesses entre diferentes atores. São capacidades específicas ligadas às condições técnicas para a promoção de processos participativos, uma vez que o conhecimento sobre o desenho e desenvolvimento de processos participativos influencia as capacidades estatais na promoção da participação (Souza, 2016, p. 61).

Para construção do conceito de capacidades estatais neste trabalho, seguimos o proposto por Goertz (2006 como citado em Grin, 2012; Gomide *et al.*, 2017) ao aplicar três camadas analíticas: (i) o nível básico ou ontológico; (ii) o nível secundário ou constitutivo e (iii) o nível indicativo ou operacional (Gomide *et al.*, 2017, p. 5; Grin, 2012, p. 153), além da definição entre dois fluxos possíveis: o formativo e o reflexivo (Gomide *et al.*, 2017, p. 7). A Tabela 01 apresenta decomposição do conceito de CGTPS e das Capacidades Conversacionais em suas partes constitutivas a partir dos três níveis de construção do conceito, dando origem a definição síntese do conceito empregado nesta pesquisa.

Tabela 01: “Níveis conceituais do conceito de capacidades estatais”

Níveis	Definição empregada na pesquisa
Nível Básico	Condições ou recursos para a ação estatal, mobilizadas de forma relacional e sistêmica a partir da necessidade do governo em políticas menos institucionalizadas e com caráter temporário na composição de processos governamentais de participação sociais utilizando a tecnologia.
Nível Secundário	Capacidades Técnicas estão vinculadas ao conhecimento, habilidades e recursos cognitivos do corpo técnico para formulação e desempenho de funções que envolvam o domínio de técnicas e tecnologias específicas na interação socioestatal presencial e digital.
Nível Indicativo	Conceito de Arranjos Institucionais como conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica.

Elaboração própria a partir de Stefani (2015) e Souza (2016).

Para análise do caso deste estudo, será empregado também o conceito de arranjos institucionais, assim como Stefani (2015). O conceito se mostra relevante em análises de implementação de políticas públicas por oferecerem definições do que podem ser recursos e condições para implementação de políticas públicas particulares a partir de uma perspectiva global, sistêmica e relacional (Stefani, 2015, p. 68), além de possibilitar a diferenciação entre os arranjos institucionais do ambiente institucional do governo (Gomide & Pires, 2014, p. 19), trazendo à análise os elementos específicos da política. Isso é útil pois as capacidades do Estado variam entre políticas públicas, não sendo possível afirmar políticas públicas comuns (Gomide & Pires, 2014, p. 373).

Metodologia e modelo teórico

Tendo em vista as quatro dimensões de capacidades estatais levantadas por Grindle (1996) e exploradas por Stefani (2015) e Souza (2016), são as capacidades técnicas que possuem maior influência em processos participativos. São elas, também, que influenciaram diretamente a execução do monitoramento participativo mediado por tecnologias nas escolas participantes do projeto “Controladoria na Escola”. O Quadro 01 sintetiza o quadro teórico e as respectivas categorias de análise que foram aplicadas ao caso estudado:

Quadro 01 - Categorias de Análise

Monitoramento Participativo			
Estrella e Gaventa (1998)	Participação		
	Aprendizagem		
	Negociação		
	Flexibilidade		
Capacidades Estatais			
Capacidades Técnicas			
Stefani (2015)	Recursos Humanos		Souza (2016)
	Recursos Financeiros e Físicos		
	Tecnologia		
	Gestão do Processo Participativo		
			Estabelecimento do Propósito
			Organização do Ambiente
			Desenho da Metodologia
			Mediação do Processo

Fonte: Elaboração própria.

O objetivo do modelo teórico desenvolvido é identificar se os trabalhos existentes sobre capacidades estatais em processos de participação social são adequados para explicar as capacidades estatais envolvidas em uma modalidade específica de participação social, que é o monitoramento participativo. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico na literatura nacional e internacional, assim como análise documental e uma entrevista semi-estruturada, que foi transcrita e analisada, com o então Subcontrolador de Transparência, Ouvidoria e Controle Social da CG-DF.

Descrição do caso “Controladoria na Escola”

O projeto Controladoria na Escola ocorreu no Distrito Federal de 2016 a 2018 a partir de iniciativa da Controladoria Geral do Distrito Federal (CG-DF) pela Subcontroladoria de Transparência e Controle Social (SUTCS), da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Fazenda e em parceria com outros órgãos como o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e o Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Distrito Federal (SESI).

A iniciativa recebeu certificado de reconhecimento do Fórum Nacional de Combate à Corrupção como um dos 22 projetos educacionais e de conscientização mapeados pela campanha *#TodosJuntosContraCorrupcao*, assim como o selo Ação Íntegra, durante o Seminário de Segurança Institucional promovido pelo Banco do Brasil, no Instituto Serzedello Corrêa. Também foi premiada

no 22º Concurso Inova promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) durante a 4ª Semana de Inovação – Serviço Público para o Futuro.

Entre os casos de uso do Monitorando a Cidade em processos de monitoramento participativo em escolas, a iniciativa conduzida pela CG-DF demonstra grande relevância, principalmente pela mobilização de uma parcela significativa de atores estatais e não-estatais durante os quatro anos de aplicação do projeto em todo território do Distrito Federal (Santos & Craveiro, 2020, p. 11). A iniciativa também envolveu um número significativo de alunos e professores, atingindo mais de 4 mil alunos em 2017. Essa edição identificou mais de 15 mil problemas através da auditoria realizada pelos alunos, resultando ainda em 80 miniprojetos e 1350 problemas solucionados (Santos & Craveiro, 2020, p. 15). Essa iniciativa piloto também serviu como base para a replicação em outros casos em outros Estados do território nacional (CGDF, 2019).

Desta forma, é um projeto de prevenção primária à corrupção que surge junto a missão do órgão em formar cidadãos para a participação e controle social. Ou seja, são ações que visam “promover a formação de cidadãos conscientes e participativos no enfrentamento à corrupção, tornando-os mais imunes à sua prática e mais participativos no seu combate, dispostos ao exercício do controle social e capacitados para usar as ferramentas de transparência disponíveis” (CGDF, 2018, p. 9). Em 2016, ocorreu o projeto piloto do Controladoria na Escola em 10 escolas públicas de ensino fundamental e médio do Distrito Federal, ampliando para mais de 100 escolas a partir de 2017 com a adoção da ferramenta tecnológica Monitorando a Cidade. O projeto é desenvolvido em formato de gamificação e a atividade principal era uma auditoria cívica, na qual os estudantes observaram e registraram a situação da escola a partir da metodologia proposta pela CG-DF. O aplicativo Monitorando a Cidade foi instalado nos smartphones dos alunos ou professores e serviu como instrumento de registro das observações realizadas pelos alunos. Desta forma, foi gerada uma base de dados sobre os registros levantados pelos alunos de todas as escolas, tornando possível a análise e confecção de relatórios pela CG-DF, traduzindo essas informações para a comunidade escolar. Cada relatório foi entregue aos professores de cada escola e deveria ser apresentado a, no mínimo, todos os alunos participantes do projeto. Na sequência, o time de alunos deveria buscar as causas dos problemas que foram identificados e suas possíveis soluções para elaboração do Desafio, que é o desenho de um projeto que pretende enfrentar e solucionar essas questões a partir de ações organizadas pela própria comunidade escolar.

A etapa “coleta de dados” é realizada exclusivamente pelo telefone celular. Para isso, é gerado um código de campanha que deve ser inserido no aplicativo do *smartphone* para preenchimento do formulário. A metodologia utilizada no projeto, segundo o Subcontrolador da época, foi construída com base nos processos de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e na matriz de auditoria do Programa Saúde da Família. As informações coletadas correspondem a avaliação pelos alunos e professores das condições estruturais e da merenda da escola, não avaliando a qualidade das aulas, professores ou equipe gestora.

Os relatórios produzidos pela CG-DF deveriam ser apresentados a todos os alunos inscritos no projeto e poderiam ser apresentados a toda comunidade. Essas apresentações eram organizadas pelos professores e era necessário confirmar essa apresentação com envio de fotos à CG-DF. Este momento tem o objetivo de promover uma discussão e análise dos dados para planejar e produzir os projetos da etapa de Desafio. Após a implementação desses projetos, o ciclo é iniciado novamente com a reaplicação dos questionários de auditoria nos espaços para comparação das informações após a ação escolar. Desta forma, a informação produzida pela Auditoria possui como usuário final os alunos e a comunidade escolar, sendo o órgão de controle um usuário secundário deste produto. Os relatórios produzidos pela CG-DF, portanto, possuem caráter informativo, não sendo auditorias de controle ou punitivas.

Um panorama das 3 edições do programa é apresentado na Tabela 02. É possível verificar o crescimento da iniciativa, com o aumento do número de escolas participantes e do valor da premiação. Mas, apesar de haver aumento do número de vagas em 2018 para 200 escolas, somente 109 participaram do projeto, e embora o aumento de alunos inscritos no projeto, passando de 39 para 43 a média de alunos por escola, o número de professores diminuiu de 2018 para 2017, mesmo havendo acréscimos nos incentivos para participação como premiação em dinheiro e viagem.

Tabela 02: Dados Controladoria na Escola 2016 a 2018

Ano	Escolas	Alunos	Profs.	Prêmio
2016	10	200	-	-
2017	104	4.000	280	R\$ 140 mil + 30 bolsas de pós
2018	109	4.716	277	R\$ 265 mil + viagem + prêmio professores + bolsas de pós

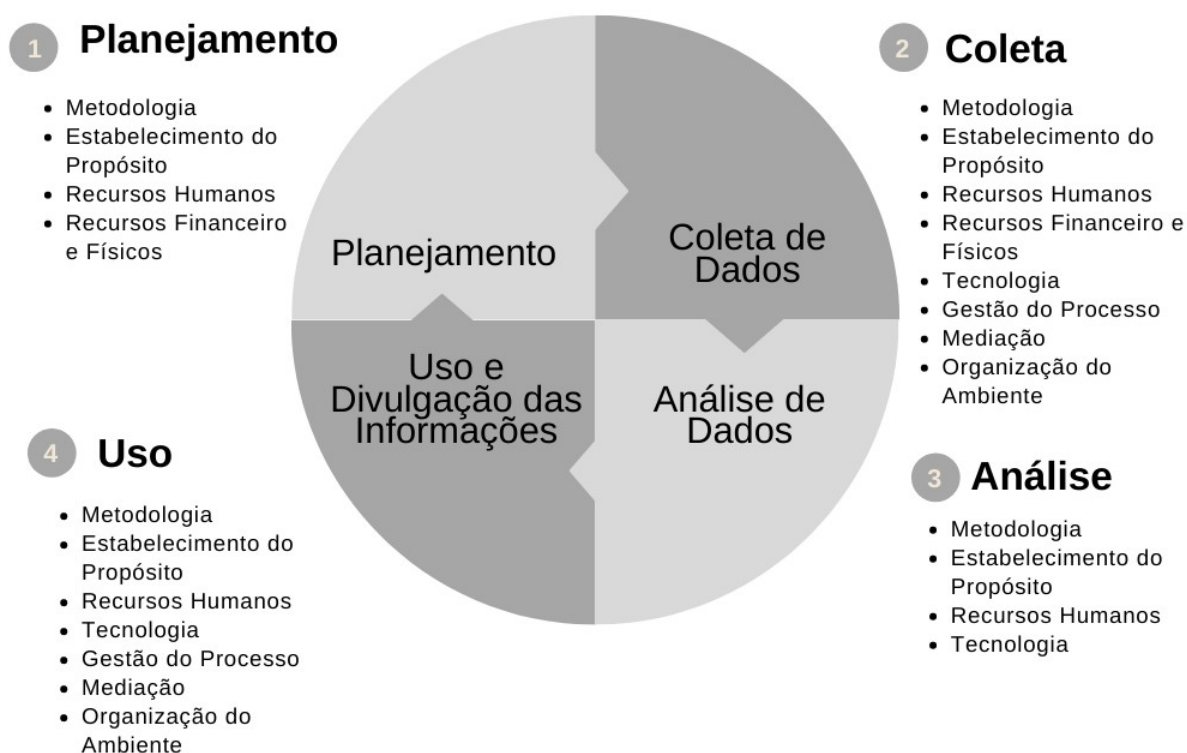
Fonte: Elaboração própria a partir da entrevista.

Das 109 escolas inscritas no ano de 2018, 88 realizaram a etapa de Auditoria Cívica e destas 67 escolas chegaram à etapa final do projeto. Ainda que tenha havido uma porcentagem relevante de engajamento, quase 40% das escolas inscritas não conseguiram concluir o projeto, sendo que 20% não chegaram nem à metade. Ao fim, somente 61% das escolas inscritas conseguiram finalizar, sendo que isso representa somente 33,5% do total de 200 vagas abertas inicialmente. É possível identificar, assim, que existem questões envolvidas na implementação e nas capacidades estatais da iniciativa que podem influenciar a conclusão do projeto ou não pela escola.

Análise

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, buscou-se vincular os arranjos institucionais encontrados no estudo de caso ao conceito de monitoramento participativo. Abaixo, mostra-se os indicadores de capacidades técnicas definidos por Stefani (2015) e Souza (2016) envolvidas em cada uma das etapas do ciclo de monitoramento participativo desenvolvido por Villi (2018):

Figura 01 - Capacidades Estatais no Ciclo de Monitoramento Participativo



Fonte: Elaboração própria a partir de Villi (2018), Stefani (2015) e Souza (2016).

O modelo construído foi aplicado na análise do caso “Controladoria na Escola” por conta de seu ciclo de monitoramento participativo e na investigação das capacidades técnicas envolvidas na etapa de Auditoria Cívica. Foi identificado que as capacidades envolvidas na etapa de Planejamento são determinantes para definição das outras etapas do ciclo e podem estar relacionadas diretamente com mais de uma etapa. As capacidades envolvidas em Definição da Metodologia e no Estabelecimento do Propósito estão presentes em todo o processo, pois definem como cada uma das etapas serão executadas.

O Estabelecimento do Propósito define qual o papel de cada um dos agentes envolvidos e como se dá a participação do público alvo. Também determina para quem se destina o uso das informações produzidas pela coleta de dados, induzindo a Definição da Metodologia para atingir o propósito definido. A atuação e participação do público alvo, portanto, depende diretamente dos arranjos envolvidos no Estabelecimento do Propósito e na Definição da Metodologia, pois são elas que determinam as diretrizes a serem seguidas por todo o monitoramento, principalmente na etapa de uso e visualização das informações, principal produto do processo de pesquisa coletiva.

Na etapa de Análise de Dados é necessário levar em consideração os conhecimentos técnicos dos Recursos Humanos em processamento de dados. Esses dados serão tratados a partir do propósito da iniciativa, levando em consideração qual será o uso principal das informações geradas e qual a metodologia adotada para atingir os objetivos da campanha, sendo o conhecimento técnico sobre processamento de dados uma capacidade técnica necessária para implementação de processos de monitoramento participativo.

O Estabelecimento do Propósito e a Definição da Metodologia também influenciam como será feito o uso e divulgação das informações produzidas pela etapa de Análise dos Dados. O uso dessas informações pode ser destinado ao próprio público alvo da ação, assim como a outros atores interessados. Tendo em vista os objetivos de uso e divulgação das informações, o processo de criação das visualizações das informações é direcionado para o usuário final da informação. No caso da CG-DF, as informações produzidas pela Análise de Dados eram direcionadas para os alunos e professores, estando presente nesse processo a capacidade de tradução de informações técnicas, adequando esses dados para o público alvo. Essa tradução determina como as informações produzidas pela coleta de dados podem levar ao propósito estabelecido pela campanha de monitoramento participativo ou não.

Ao retomar as definições Estrella e Gaventa (1998), é possível identificar como os aspectos do monitoramento participativo se relacionam em cada uma das capacidades analisadas. A

participação é o principal aspecto de processos de pesquisa que envolvem um grupo de pessoas ou partes interessadas. No caso estudado, as etapas que apresentam momentos concretos de participação dos estudantes é a coleta de dados utilizando o aplicativo Monitorando a Cidade e a etapa de visualização dos relatórios produzidos pela CG-DF, mas outras capacidades determinaram como essa organização foi realizada.

O Propósito da Ação é a subcategoria que traz os aspectos sobre como a participação acontece, quem são os participantes em cada etapa e quais perspectivas são enfatizadas. É a partir dessas definições iniciais que outros elementos são mobilizados para consolidar a participação. Como exposto por Estrella e Gaventa (1998, p. 29), práticas de monitoramento participativo podem ser mais ou menos participativas, por isso o Estabelecimento do Propósito determinará como os outros arranjos serão organizados e quais recursos serão mobilizados para atingir o propósito definido para a participação. No caso estudado, a participação foi restrita às etapas de coleta e visualização de dados, mas ainda é possível existir outros casos em que ocorra a participação na etapa de planejamento e de análise dos dados.

A Mediação do Processo no Controladoria na Escola é realizada pelos professores, sendo esses atores detentores de recursos técnicos e cognitivos para mobilizar e influenciar a participação dos alunos. Também são responsáveis por fornecer as informações necessárias aos estudantes para participação na ação, assim como também são organizadores da iniciativa. Portanto, a atuação desses mediadores pode influenciar como o processo de participação acontece, seja na consolidação da participação como na organização da iniciativa.

Outro aspecto dos processos de monitoramento participativos diz respeito ao processo de aprendizagem na formação e fortalecimento de competências dos envolvidos na ação. Esse processo de aprendizagem está relacionado com a ideia de “aprender na prática” e, dependendo do público alvo e de como é desempenhada sua participação, processos de capacitação podem ser necessários (Estrella & Gaventa, 1998, p. 43). O Estabelecimento do Propósito é, novamente, determinante para como o processo de aprendizagem é estabelecido no monitoramento participativo. No caso Controladoria na Escola, o propósito do projeto era educativo, sendo esse o principal objetivo que baseou outras escolhas metodológicas desta iniciativa. O contexto escolar também influenciou os aspectos de aprendizagem do projeto. Em outras iniciativas, a aprendizagem pode não ser o foco principal, restringindo o aprendizado ao processo de implementação somente.

Na subcategoria Recursos Humanos é importante levar em consideração quais são as pessoas envolvidas em cada uma das etapas do monitoramento, quais seus conhecimentos técnicos

sobre os assuntos envolvidos na iniciativa e qual a necessidade de capacitação desses atores para execução da metodologia proposta. Ainda sobre os conhecimentos dos envolvidos, na subcategoria Tecnologia é necessário identificar quais são as habilidades dos participantes em utilizar TICs em processos de monitoramento participativo.

Apesar de ser possível observar aspectos desse processo de aprendizagem, o modelo construído não considera essa perspectiva nos indicadores de análise ou então não deixa explícita essa relação. Desta forma, a partir dessa consideração, foi possível observar em outras subcategorias a existência de elementos envolvidos no processo de aprendizagem e que deveriam ser considerados. No caso estudado, apesar da participação dos estudantes se restringir às etapas de coleta e visualização dos dados, outras iniciativas podem contar com a participação da população em todas as etapas do monitoramento, podendo ser necessárias iniciativas de capacitação em Metodologia e em Gestão do Processo Participativo.

A aprendizagem está presente em toda a iniciativa e não somente nos processos de capacitação, pois a prática e a ação acarretam em processos de aprendizagem (Villi, 2018, p. 54). Desta forma, é necessário identificar se os atores responsáveis pela mediação da iniciativa possuem habilidades e competências para promover processos de aprendizagem e como eles promovem e organizam esses espaços de aprendizado. No caso estudado, o professor, enquanto educador, já assume esse processo como recurso humano com alta capacidade de interação com os alunos, influenciando na qualidade da participação e aprendizagem destes no processo de monitoramento.

Por fim, é necessário levar em consideração na análise de iniciativas de monitoramento participativo como a Organização do Ambiente pode influenciar o processo de aprendizagem dos participantes, uma vez que esse ambiente precisa não só criar a atmosfera para os alunos participarem, mas também para aprender.

O princípio de negociação mede as diferentes necessidades e opiniões a partir da compreensão e mediação de diferentes perspectivas das partes interessadas (Estrella & Gaventa, 1998, p. 45). É uma competência altamente política em que aspectos administrativos e institucionais podem influenciar diretamente, não sendo, assim, restrito às capacidades técnicas. Os Recursos Humanos envolvidos na gestão da iniciativa precisam ser dotados de recursos políticos e cognitivos, assim como capacidades técnicas de conhecimentos sobre o monitoramento participativo, para influenciar esses processos de negociação. Não foi objetivo da pesquisa explorar os fluxos de negociação dentro do governo, mas entre a CG-DF e as escolas participantes da iniciativa.

No caso analisado, a Mediação do Processo realizada pelos professores precisa oferecer o apoio metodológico para orientar o fluxo da conversa entre os participantes, assim como mediar as interações e negociações entre os estudantes, disponibilizando as informações necessárias para o debate e participação. As tecnologias envolvidas também influenciam esse processo de negociação ao viabilizar a coleta de informações. Com essa coleta é possível que as informações geradas pela pesquisa coletiva sirvam para embasar esses processos de negociação. Desta forma, o uso da Tecnologia e o Desenho da Metodologia são instrumentos para embasar o processo de negociação com os participantes e a CG-DF.

O propósito da ação, que dará origem a metodologia e outras escolhas operacionais, precisa estar de acordo com as expectativas do público alvo da iniciativa. Esse propósito pode ser negociado entre as partes envolvidas ou então estabelecido entre os idealizadores da iniciativa, mas em todos os casos é necessário que esteja alinhado com os interesses dos participantes. No caso estudado, o propósito passou por processo de adaptação para se adequar ao contexto escolar e oferecer projeto condizente com as perspectivas das escolas. Outro ponto importante foi a inscrição das escolas no edital, processo que certifica que as escolas participantes estão, em certa medida, alinhadas com os objetivos e expectativas da iniciativa desenhada pela CG-DF.

Por fim, a flexibilidade é o processo contínuo de adaptação dos processos às diferentes experiências e circunstâncias pois não existe conjunto de ações padronizadas para execução de monitoramentos participativos (Estrella & Gaventa, 1998, p. 48). No caso analisado, a metodologia desenhada pela CG-DF coloca os professores e a equipe escolar como organizadoras da ação dentro da escola. Sendo assim, a função dos mediadores foi adaptar a iniciativa de coleta de dados ao contexto escolar. As escolas também foram responsáveis por mobilizar os recursos humanos, físicos e tecnológicos utilizados na execução da iniciativa.

A organização do ambiente em que a participação dos alunos aconteciam também era determinada pela escola tendo em vista suas condições físicas e suas expectativas para o projeto. Houveram escolas que a etapa de coleta e visualização dos relatórios envolvia somente o time de alunos inscrito, outras ainda contaram com a participação de outros alunos da escola, ou ainda da comunidade e dos pais dos alunos. A apresentação dos relatórios poderiam contar com a utilização de recursos tecnológicos como retro projetor ou caixa de som, assim como a distribuição dos participantes poderia ser organizada por fileiras ou em roda, a depender da proposta da escola ou ainda de sua infraestrutura disponível.

Discussão

O uso do conceito de Capacidades de Governo Relacionadas à Utilização de TICs em Processo de Participação Social (CGTPS) desenvolvido por Stefani (2015), assim como as Capacidades Conversacionais definidas por Souza (2016), para análise do caso Controladoria na Escola na etapa de Auditoria Cívica mostrou-se relevante na medida que revelou aspectos inerentes aos processos participativos mediados por TICs, mas foi possível observar a necessidade de alargamento do conceito para abranger todo o processo de monitoramento participativo.

Assim como observado por Souza (2016), as capacidades técnicas foram determinantes para o processo de monitoramento participativo. Os conhecimentos dos atores envolvidos sobre o processo implementado influencia diretamente a participação do público alvo e a forma em que a interação entre Estado e sociedade acontece. Apesar disso, foi possível identificar também que as capacidades envolvidas no processo são diversas e integradas entre os quatro âmbitos definidos por Grindle (1996). Considera-se, portanto, importante explorar também as outras capacidades para que seja possível criar modelos capazes de descrever processos de monitoramento participativo utilizando tecnologias

O modelo proposto por Stefani (2015) para as Capacidades Técnicas de Utilização de TICs em Processos Participativos foi satisfatório para abarcar aspectos tecnológicos existentes na iniciativa Controladoria na Escola, contudo não foi suficiente para explorar os aspectos de interação e conversa das atividades presenciais da iniciativa. É importante também ressaltar que o momento de uso das tecnologias para o monitoramento participativo não depende somente da disponibilidade de estrutura física e tecnológica, orçamento e de recursos humanos qualificados, mas principalmente de aspectos de gestão da iniciativa e mediação do processo. Como já foi exposto neste estudo, o modelo leva em consideração a interação entre os participantes por meios digitais, não considerando aspectos importantes para a interação e conversação realizada de forma presencial. Diante disto, o modelo desenhado por Souza (2016) agregou o aspecto das interações presenciais à análise empregada nesta pesquisa, pois seu foco é nas capacidades inerentes à conversa entre os participantes.

Foi possível verificar na análise que alguns dos aspectos levantados por Souza (2016) estavam presentes na categoria Gestão do Processo Participativo de Stefani (2015). Contudo, o modelo de Stefani (2015) engloba esses aspectos em somente uma categoria, o que dificulta a análise detalhada de cada um deles, e não leva em consideração os fluxos de interação entre os

participantes. Desta forma, as Capacidades Conversacionais descritas por Souza (2016) são capacidades que estão relacionadas às capacidades técnicas de Gestão do Processo Participativo, como definido por Stefani (2015).

O Estabelecimento do Propósito se mostrou como indicador importante para determinar os rumos da iniciativa, pois a partir dele é possível determinar outros aspectos da política, tendo em vista que processos de monitoramento participativo mediados por tecnologia podem receber propósitos distintos. No caso observado, apesar de ser idealizado por um órgão de *accountability* governamental, a ação não possui propósitos para aplicar sanções ou punições. A iniciativa, por outro lado, possui intenção educativa, não possuindo como objetivo a coleta de dados para uso da CG-DF.

As ferramentas tecnológicas envolvidas se mostraram como recurso mobilizado para aumento da capilaridade pelo território do Distrito Federal e também possibilitou a geração de um banco de dados sobre a auditoria, viabilizando informações e conhecimento sobre as condições estruturais das escolas públicas da região. A CG-DF, enquanto órgão governamental detentor de capacidades técnicas para tratamento e formatação dos dados, produziu relatórios com visualização das informações produzidas pela coleta.

Esse processo de transformação e tradução dos dados foi essencial para a participação dos estudantes no projeto, pois esses alunos não possuíam os conhecimentos técnicos necessários para trabalhar com o volume de dados gerados. Além disso, essas informações foram necessárias para embasar as próximas etapas do *game*. Desta forma, o tratamento de dados e geração de informações, assim como organização e tradução dessas informações, é um aspecto técnico importante para processos de monitoramento participativos que envolvem participantes que não possuem esses conhecimentos, sendo uma capacidade estatal importante para implementação pelo governo desse tipo de iniciativa.

No caso da CG-DF, o órgão governamental possuía a metodologia que foi adaptada ao contexto escolar. Uma campanha que não condiz com a realidade do contexto aplicado é ineficiente e pode levar o processo de monitoramento ao fracasso. Uma campanha condizente com esse contexto e que engaja o público alvo leva o governo a ter capacidades para implementar a política. O conhecimento sobre contexto local, portanto, também pode ser inserido como um critério de análise na subcategoria Desenho da Metodologia.

No caso analisado, surgiu um ator com papel fundamental na implementação de iniciativas utilizando TICs no contexto escolar. O professor possui conhecimentos inerentes ao contexto

monitorado e do público alvo da ação, adquirindo responsabilidades vinculadas à Mediação do Processo. Dentro da gama de possibilidades de mediadores, é importante observar a qual contexto esse mediador pertence, assim como seu nível de conhecimento sobre o contexto e sobre o processo de monitoramento participativo. Também é interessante observar se esse mediador adquiriu o conhecimento do processo específico do monitoramento a partir de capacitações oferecidas pelo órgão governamental idealizador do projeto. No caso da CG-DF, os professores que exercem papel de mediação foram capacitados para execução do projeto, oferecendo as informações necessárias sobre o processo, uso da ferramenta tecnológica e os conceitos que o órgão desejava trabalhar com os alunos como Controle Social e Combate à Corrupção.

Além disso, dado o foco no processo de aprendizagem, o recurso concentrado na mediação realizada pelos professores é a atuação desses atores no processo de aprendizagem e formação dos alunos. Eles também assumem papel como ponte entre a CG-DF e os alunos em muitas situações, seja no processo de formação dos alunos, de execução do monitoramento, na comunicação do projeto ao órgão de controle e na transmissão e tradução das informações produzidas pela etapa de monitoramento, assim como atuar como mediador do processo participativo e conduzir a reflexão crítica dessas informações pelos estudantes. Esses professores também possuem papel importante na coordenação do projeto e na tradução das informações técnicas do projeto aos alunos. Apesar desse achado, mostra-se necessário explorar mais a atuação dos professores na coordenação e adaptação da ação e da metodologia a partir dos aspectos de Negociação e Flexibilidade do monitoramento participativo para identificar as capacidades estatais envolvidas nesse processo, pois esses professores não são só mediadores da participação dos alunos, mas também são responsáveis pela implementação da iniciativa no contexto local.

A subcategoria Liderança e Condução Política de Stefani (2015, p. 149) está alocada em Capacidades Políticas e aborda as capacidades concentradas no líder e sua equipe na condução de projetos e políticas públicas. Em casos de monitoramento participativo utilizando TICs essa subcategoria poderia ser explorada enquanto capacidade técnica, tendo em vista algumas necessidades e particularidades do processo. Em primeiro lugar, o papel de liderança se focaliza no órgão de controle, e não somente a um líder do projeto, especificamente. A equipe que precisa ser liderada são os professores na execução do projeto em cada uma das escolas, envolvendo ainda aspectos de governança. Essa governança é realizada, principalmente, por meios digitais. Esse aspecto é complementar a subcategoria Mediação do Processo, mas amplo ao abarcar aspectos de gestão da iniciativa.

Outro aspecto inerente ao monitoramento participativo são os processos de aprendizagem. Como trazido na análise, o modelo não foi suficiente para explorar esse aspecto do monitoramento e ainda pode se revelar como variante complexa para análise das capacidades estatais nesse tipo de iniciativa por envolver conceitos sobre o processo de aprendizado e relações socioestatais. Nessas relações também é possível observar a troca de experiências, recursos e informações entre Estado e sociedade, influenciando o processo de implementação do monitoramento.

Ainda sobre as relações entre Estado e sociedade, a troca de informação também se revela como tópico importante para análise das capacidades estatais nesses processos uma vez que esse é o principal recurso para a participação. Villi (2018), em estudo sobre as interações socioestatais em iniciativas de monitoramento participativo, constatou que os processos de troca de informação são complexos, existindo processos de troca de informações em diferentes fluxos de interação entre Estado e sociedade. Isso se revela como tópico importante para se considerar na construção de modelos sobre as capacidades estatais em processos de monitoramento participativo.

Considerações finais

A presente pesquisa dedicou-se a analisar as capacidades técnicas envolvidas em processos de monitoramento participativo utilizando TICs. O objetivo era identificar em que medida as capacidades estatais se diferem nessa modalidade de participação entre outras modalidades que foram estudadas por Souza (2016) e Stefani (2015). Para isso, foi empregado estudo de caso com foco na etapa de Auditoria Cívica do projeto Controladoria na Escola, promovido pela Controladoria-geral do Distrito Federal nos anos de 2016 a 2018, que propõe-se a monitorar a estrutura física das escolas e oferecer essas informações à comunidade escolar para o desenho de projetos atacando os problemas identificados nesse processo de coleta.

A partir do modelo de análise construído com base no levantamento bibliográfico, a ótica das capacidades estatais foi aplicada no caso a partir dos critérios de Souza (2016) e Stefani (2015). As subcategorias foram organizadas pelo ciclo de monitoramento participativo de Villi (2018) a partir das características dessas em cada uma das etapas envolvidas. Após, as subcategorias foram distribuídas pelos quatro princípios do monitoramento participativo definidos por Estrella e Gaventa (1998). A partir dessa análise, foi possível identificar alguns aspectos que as capacidades estatais para implementação de monitoramento participativo se diferenciam de outras iniciativas de participação mediadas por TICs.

O primeiro resultado é o estudo de caso de uma iniciativa governamental de utilização de TICs para processos de monitoramento participativos, contribuindo para o campo de estudos sobre controle e avaliação de políticas públicas utilizando o Monitorando a Cidade na área de educação, assim como Villi (2018) e Santos e Craveiro (2020). Também contribui para o campo de estudos sobre capacidades estatais em processos participativos, dando continuidade às discussões iniciadas por Stefani (2015), Parra (2017) e Souza (2016).

O segundo resultado é a análise de uma iniciativa governamental de participação social mediadas por TICs, privilegiando a visão do Estado na condução da iniciativa. Além disso, o modelo de análise que trabalha com os aspectos digitais e presenciais das capacidades estatais necessárias para promoção de processos de participação mediados por TICs. O modelo híbrido entre os estudos de Stefani (2015) e Souza (2015) possibilitou análise detalhada e satisfatória da iniciativa, sendo suficiente para revelar aspectos inerentes aos processos participativos mediados por tecnologias promovidas pelo Estado. O modelo também foi importante para identificar as limitações da pesquisa ao mostrar que as capacidades técnicas não estão isoladas das outras dimensões de capacidades, sendo diretamente relacionadas e influenciadas por essas.

Sendo assim, apesar do foco nas capacidades técnicas, foi possível identificar nesta pesquisa que as capacidades estatais envolvidas no processo são diversas e integradas entre os quatro âmbitos definidos por Grindle (1996). Considera-se, assim, importante explorar também as outras dimensões de capacidades para que seja possível investigar e criar modelos sobre os processos de monitoramento participativo utilizando TICs. Os aspectos de monitoramento participativo definidos por Estrella e Gaventa (1998) não foram inteiramente contemplados, deixando lacunas na definição de um modelo apropriado para explorar as capacidades estatais envolvidas em processos de monitoramento participativo mediados por TICs, principalmente no que diz respeito às capacidades mobilizadas dentro das escolas.

As diferenças encontradas em iniciativas de monitoramento participativo mediados por TICs são voltadas para os aspectos de aprendizagem envolvidos na iniciativa, uma vez que os processos de aprendizagem do público alvo são imprescindíveis para a execução desse tipo de participação. Também verificou-se que os mediadores do processo participativo possuem papel relevante na condução dessa aprendizagem assim como de disponibilização e tradução das informações necessárias para o processo participativo. Os processos de mediação, tradução e aprendizagem dependem diretamente dos recursos humanos envolvidos, público alvo da iniciativa e do propósito

da iniciativa. Os aspectos de aprendizagem poderiam ainda gerar novos indicadores e subcategorias no modelo de análise, dada a sua importância e complexidade para o processo.

Outra diferença revelada foi a importância dos conhecimentos técnicos e metodológicos sobre os processos de monitoramento participativos, mas também o conhecimento sobre o público alvo a quem se destina. Conhecer o contexto local dos participantes garante que a metodologia seja adequada às condições desse público. Os mediadores da iniciativa podem, além de conduzir as conversas, gerenciar o processo de monitoramento, organizar os participantes, mobilizar recursos, adaptar a metodologia ao contexto local e traduzir as informações para a linguagem dos participantes. No caso estudado, a mediação era realizada pelos professores e mostrou-se a necessidade de explorar com maior foco os aspectos de flexibilidade e negociação que foram concentradas nessa figura.

Desta forma, mostra-se a necessidade de dar continuidade na pesquisa com foco no contexto escolar, explorando como a iniciativa foi executada nesses espaços, assim como ampliar a pesquisa às quatro dimensões de capacidades estatais para, assim, construir um modelo prático de análise de capacidades estatais em processos de monitoramento participativos utilizando TICs. O estudo apresentado aponta para a necessidade de investigar com amplitude as capacidades estatais envolvidas em processos descentralizados de participação mediada por TICs, particularmente nos casos de monitoramento participativo que dependem do público local e dos processos de aprendizagem, flexibilidade, negociação e participação para acontecer.

Referências

- Bresser-Pereira, L. C. (2000). *A reforma gerencial do Estado de 1995*. Revista de Administração Pública, 34 (4), 7-26.
- Controladoria Geral Do Distrito Federal [CG-DF] (2019). *Controladoria na escola*. In Escola Nacional de Administração Pública (Org.), *Concurso Inovação no Setor Público*, (22^a ed., Junho/2019). Brasília, Escola Nacional de Administração Pública.
- Relatório de atividades 2018*, (2018). Brasília, DF. Recuperado de <https://www.cg.df.gov.br/resultados-alcancados/>
- Plano de Trabalho Projeto Controladoria na Escola*, (2018). Brasília, DF.
- Evans, P. (1993). *O Estado como problema e solução*. Lua Nova, (28-29), 107-157.

- Estrella, M. & Gaventa, J. (1998). *Who counts reality? Participatory monitoring and evaluation: a literature review*. Brighton, Institute of Development Studies.
- Gomide, A. A. & Pereira, A. K. & Machado, R. (2017). *Apresentação - O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica*. Sociedade e Cultura, 20 (1).
- Gomide, A. A. & Pires, R. R. C. (2014). *Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília, GO: IPEA.
- Graeff, E. (2018). *Evaluating civic technology design for citizen empowerment* (Tese de Doutorado). Massachusetts Institute Of Technology, Cambridge.
- Grin, E. J. (2012). *Notas sobre a construção e a aplicação do conceito de Capacidades Estatais*. Teoria & Sociedade (UFMG), 20, 148-176.
- Grindle, M (1996). *Challenging the State: crisis and innovation in Latin America and Africa*. Cambridge University Press, 1-12.
- Isunza Vera, E. & Lavalle, A. G. (2010). *La innovación democrática en América Latina: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social*. Publicaciones de la Casa Chata. México: Xalapa: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS); Universidad Veracruzana, Dirección General Editorial.
- Oliveira, C. & Garcia, A. C. (2019). *'Citizens' electronic participation: a systematic review of their challenges and how to overcome them*, Int. J. Web Based Communities.
- Parra Filho, H. C. P. (2018). *Capacidades Estatais na coprodução de TICs governamentais de participação* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Sampaio, R. C., Braga, S., Carlomagno, M. C., Marioto, D. J. F., Alison, M. B. & Silva, T. P. F. B. (2019). *Estado da arte da democracia digital no Brasil: oferta e sobrevivência das iniciativas (1999-2016)*. Revista Do Serviço Público, 70(4), 693-734.
- Santos, M. & Craveiro, G. S. (2020). *Processos de participação cidadã mediados por tecnologias digitais: um estudo sobre monitoramento participativo e avaliação de políticas públicas no contexto escolar*. 44º encontro anual da ANPOCS 2020, 1-20.
- Souza, C. H. L. (2016). *Capacidades Estatais para a promoção de processos participativos: uma análise da forma de organização de conferências nacionais* (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília, Brasília.
- Stefani, A. G. M. (2015). *Utilização de TICs em processos participativos no Brasil sob ótica de capacidades de governo* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Vaz, J. C. (2016). *O acesso à tecnologia como objeto de política pública: direitos, democracia, desenvolvimento e soberania nacional*. In: Alexandre F. Barbosa. (Org.). *Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2015*. São Paulo, SP: CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil, 55-64.
- Villi, M. (2018). *O monitoramento participativo como estratégia da sociedade civil para controle social: um estudo de caso da plataforma Monitorando a Cidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Epistemologia da pesquisa em mudança social

Gustavo Luis Gutierrez¹

Marco Bettine²

Resumo

Este artigo de opinião tem como objetivo discutir a natureza da pesquisa sobre mudança social e movimentos sociais. Partir-se-á de teóricos da sociologia clássica e seus diálogos com as dimensões sociais da economia, política ou cultural para desenvolver uma possível relação entre os usos de diferentes metodologias no campo de pesquisa em mudança social e movimentos sociais. Para concluir aponta-se para a complexidade do objeto, a interdisciplinaridade como necessidade intrínseca do objeto, a delimitação teórica e os métodos e técnicas de pesquisa adotados como parte necessária para legitimação do objeto.

Palavras-chave: mudança social; movimentos sociais; sociologia.

Epistemology of research in social change

Summary

This opinion article aims to discuss the nature of research on social change and social movements. It will start from theorists of classical sociology and their dialogues with the social dimensions of economics, politics or culture to develop a possible relationship between the uses of different methodologies in the field of research on social change and social movements. To conclude, we point to the complexity of the object, interdisciplinarity as an intrinsic need of the object, the theoretical delimitation and the research methods and techniques adopted as a necessary part for the legitimation of the object.

Keywords: social change; social movements; sociology.

Epistemología de la investigación en cambio social

Resumen

Este artículo de opinión tiene como objetivo discutir la naturaleza de la investigación sobre el cambio social y los movimientos sociales. Se partirá de teóricos de la sociología clásica y sus diálogos con las dimensiones sociales de la economía, la política o la cultura para desarrollar una posible relación entre los usos de diferentes metodologías en el campo de la investigación sobre el cambio social y los movimientos sociales. Para concluir, señalamos la complejidad del objeto, la interdisciplinariedad como necesidad intrínseca del objeto, la delimitación teórica y los métodos y técnicas de investigación adoptados como parte necesaria para la legitimación del objeto.

Palabras clave: cambio social; movimientos sociales; sociología.

Épistémologie de la recherche en changement social

Résumé

Cet article d'opinion vise à discuter de la nature de la recherche sur le changement social et les mouvements sociaux. Il partira des théoriciens de la sociologie classique et de leurs dialogues avec les dimensions sociales de l'économie, de la politique ou de la culture pour développer une relation possible entre les usages de différentes méthodologies dans le domaine de la recherche sur le changement social et les mouvements sociaux. Pour conclure, nous pointons la complexité de l'objet, l'interdisciplinarité comme nécessité intrinsèque de l'objet, la délimitation théorique et les méthodes et techniques de recherche adoptées comme partie nécessaire à la légitimation de l'objet.

Mots clés : changement social ; mouvements sociaux; sociologie.

1 É professor titular do departamento de Atividade Física Adaptada da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Tem produzido principalmente nas áreas de gestão, metodologia de pesquisa, qualidade de vida e inclusão de grupos com necessidades especiais. Orcid. <https://orcid.org/0000-0002-8628-3990>

2 Professor da Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Professor Livre Docente pela USP desde 2013. Desenvolve pesquisas na área Interdisciplinar, com ênfase em Sociais e Humanidades. <https://orcid.org/0000-0003-0632-2943>

Ciência e ciências

A ciência moderna é, essencialmente, o retrabalhar das ideias e dados coletados historicamente a partir do paradigma científico desenvolvido inicialmente por Galileu, Newton, Darwin e Descartes. A humanidade observa as estrelas e a natureza a seu redor desde sempre. Teorias como a dos movimentos dos planetas, da gravidade ou da adaptação das espécies são originais pelo paradigma científico moderno, no qual elas se fundamentam.

A evolução da ciência, e seu sucesso, vão se basear também em práticas científicas generalizadas, voltadas, na sua origem, para as ciências da natureza, ou áreas duras. Replicabilidade, experimentação, mensuração, comparação, uso de grupo controle são algumas técnicas de pesquisa que permitem avançar o conhecimento, reformular as teorias e construir assertivas científicas com conteúdo de verdade, para aquele momento específico. Os desdobramentos da ciência moderna são evidentes e não é o caso de retomar sua discussão, embora alguns autores como Maurício Tragtenberg (1979) e Paul Feyerabend (2007) apontem para uma supervalorização da sua infabilidade. Convém ter presente, também, que as subáreas de humanas têm histórias diferentes. O direito romano, a filosofia grega ou a política de Platão são campos anteriores à constituição da ciência moderna, enquanto outros, como a sociologia, são muito recentes.

Com relação às ciências humanas a questão da apropriação do paradigma científico é mais complexa. É evidente que neste caso as técnicas de pesquisa acima apontada são difíceis de aplicar, ou impossíveis. Não se trata mais de um laboratório onde as variáveis podem ser trabalhadas separadamente e fazer intervenções dirigidas. Não há também como falar de técnicas, no sentido etimológico de obter sempre o mesmo resultado a partir da sua aplicação em condições controladas. Quando muito um conhecimento de natureza normativa que pode aproximar o pesquisador a um objetivo previamente definido. Tendo sempre presente que no caso de um conhecimento técnico o critério de sucesso é interno e inerente ao objeto (o objetivo de cura de uma técnica cirúrgica é universal, se o objetivo não é a cura não se trata de uma técnica cirúrgica, pelo menos dentro dos padrões éticos que a medicina adota institucionalmente) enquanto que no caso de um conhecimento de natureza normativa o critério de sucesso é definido antes e externamente ao objeto onde é aplicado (uma técnica pedagógica pode definir como objetivo de sucesso a alfabetização no menor tempo possível, um critério de sucesso entre muitos outros). No caso da técnica espera-se cem por

cento de sucesso se todas as variáveis forem corretamente controladas, já no conhecimento normativo (como é comum na educação, economia, política ou direito) não existe essa relação.

Esta impossibilidade de uso da prova laboratorial cria uma situação paradoxal. Por um lado, as teorias se multiplicam e permanecem vivas e legitimadas mesmo quando são absolutamente excludentes entre si, por outro lado, as teorias são importantíssimas para o desenvolvimento do campo científico, em função justamente da fragilidade da abordagem empírica.

No campo de pesquisa da sociologia, seu objeto de pesquisa, a sociedade, tem características próprias. Para começar, o sujeito agente da ação de pesquisar está inserido e é fruto do seu objeto de pesquisa. Além disso, o objeto de pesquisa está em permanente transformação no tempo, o que torna toda série temporal de dados de difícil comparação. Ou ainda, o número praticamente infinito de variáveis torna inevitável o recurso de cortes epistemológicos, que diminuem a confiabilidade dos resultados.

Neste sentido, a ideia de definir a pesquisa sociológica como pesquisa em mudança social faz uma aproximação mais correta ao objeto de estudo, considerando suas características constitutivas. Há, contudo, outro aspecto a ser considerado. É difícil pensar uma mudança social decorrente de uma causa social (embora Durkheim trabalhe nessa linha de raciocínio devemos levar em conta que está tentando construir a especificidade de uma área nova de conhecimento). Normalmente a mudança social decorre de transformações políticas, econômicas, culturais ou de uma combinação entre elas. De uma revolução de trabalhadores à luta pela emancipação das mulheres sempre estão presentes questões políticas, econômicas e culturais, atravessando o processo de mudança social.

Com Durkheim, Marx e Weber, assim como seus principais desdobramentos a exemplo de marxistas (Luckács ou Gramsci, por exemplo), Bourdieu e Habermas, a sociologia busca compor um corpo teórico que seja, ao mesmo tempo, específico da área de conhecimento e que abarque minimamente toda a sua diversidade. A pesquisa em sociologia vai partir da apropriação de uma destas teorias sociológicas mais comumente aceitas e avançar dentro das características de cada escola. O fato de, em humanas, muitas vezes, escolas de pensamento serem mutuamente excludentes aponta para o fato (inevitável) de que ambas não podem estar certas. Isto, contudo, não é fundamental, O fato de a pesquisa ser apoiada num autor específico, numa perspectiva de ortodoxia metodológica com relação às suas ideias, vai permitir que o leitor perceba a coerência da reflexão, sua complexidade e profundidade. Muitas vezes pesquisas de boa qualidade e sofisticadas, mesmo partindo de escolas de pensamento diferentes, chegam à construção descritiva de

determinado aspecto social com pontos significativos em comum. Ou seja, não há bom referencial que não possa ser usado de forma superficial e equivocada, assim como, todas as grandes escolas de pensamento, se bem utilizadas, podem contribuir para aumentar o conhecimento sobre alguns aspectos do real.

A questão da interdisciplinaridade, pensada de uma forma objetiva e delimitada, passa então pela compreensão dos recursos de pesquisa de dois campos diferentes de pesquisa. Por exemplo, a pesquisa sobre uma greve ou um movimento popular contra o custo de vida pode partir, ou ter como base, um dos teóricos clássicos (ou ainda uma interpretação específica de um deles), mas precisa também dispor de uma familiaridade básica com pesquisas da área econômica que pensam, por exemplo, distribuição de renda, moeda, inflação, custo de vida, crescimento econômico.

A interdisciplinaridade, de certa forma, está na própria origem da sociologia. Marx dialoga fortemente com a economia, assim como Weber com a política e Durkheim com a cultura.

No contexto mais amplo da sociedade, como objeto de pesquisa, partindo da ideia de que ela está permanentemente em mudança, os movimentos sociais possibilitam um recorte que, sem deixar de ser amplo, permite uma aproximação mais seletiva e sistemática ao objeto. A mudança social não se limita aos movimentos sociais, mas os movimentos sociais ajudam a delimitar, no tempo e no espaço os sujeitos sociais envolvidos, suas interações seletivas, as trocas materiais e simbólicas que ocorrem, assim como o cenário mais amplo onde ele exerce alguma influência.

A mudança social e os movimentos sociais

O conceito de mudança social é evidente. A sociedade está em permanente transformação e os processos de mudança são constantes. Sua apropriação enquanto objeto de pesquisa sociológica, contudo, não é simples. Não é fácil delimitar onde e quando começa e acaba um processo de mudança social, assim como nem sempre estão claros seus principais sujeitos sociais e os papéis que desempenham na mudança. Processos que se deram há muito tempo não mostram bem seu impacto real no momento em que ocorreram, em função das características da mudança já terem sido incorporada ao cotidiano que rodeia o pesquisador. Mudanças sociais contemporâneas ao pesquisador não mostram facilmente seu verdadeiro alcance e natureza no tempo.

No final do século passado vai ocorrer um debate sobre a natureza da mudança social enquanto um processo linear e, portanto, evolucionista ou processos cíclicos diversos sem uma necessária relação entre si (Rezende, 2002). Desde já este tipo de abordagem é fortemente teórica,

tendendo a subordinar as conclusões da observação do real à própria opção metodológica prévia, como é característico, aliás, tanto dos evolucionistas como dos marxistas (existe uma discussão de que o marxismo seria um modelo evolucionista de modos de produção que não cabe discutir aqui).

Com relação especificamente à percepção da mudança social enquanto ciclos há também uma distinção entre ciclos curtos e longos. Neste caso os ciclos curtos seriam muito visíveis e teriam forte impacto imediato sobre a realidade social. Todas as mudanças nas formas de relacionamento social, que estamos assistindo agora, em função do desenvolvimento de novos usos da tecnologia da comunicação podem servir de exemplo. O problema aqui é a dificuldade em perceber a real duração dos fenômenos. Ninguém nega a importância hoje do facebook, mas convém lembrar que até poucos anos havia uma locadora de fitas de vídeo cassete em cada quarteirão da cidade.

Já os chamados ciclos longos apontam mudanças profundas nas características de uma sociedade. Sua evolução, contudo, é lenta e discreta, sendo difíceis de trabalhar enquanto objeto de pesquisa sociológica. Podemos colocar como exemplo o fato a seguir.

Há pouco mais de dez anos aconteceu de uma professora da rede pública de ensino esquecer um aluno de castigo e ir almoçar. Foi notícia de jornais, despertou uma onda de indignação e de reprovação popular.

O interessante é notar que este tipo de punição acontece há dezenas de anos e, antes, não era motivo de escândalo, pelo contrário, as pessoas comentavam coisas com “- é bom, assim o menino aprende...”. Em algum momento a percepção social sobre o papel do profissional de ensino e o respeito pelos direitos da criança mudaram, a ponto de um comportamento socialmente aceito passar a ser condenado. Mudanças como esta devem estar acontecendo agora, mas não são fáceis de enxergar até que se generalizam.

A intenção aqui é conjugar a ideia de mudança social com a de movimento social e apontar para uma definição de movimento social como um objeto que delimita, de forma positiva, a ideia mais ampla de mudança social, procurando pensá-lo numa perspectiva interdisciplinar como já foi apontado, relacionando uma escola de pensamento sociológico legitimada na academia com um referencial original da economia, da política, ou cultura. O movimento social, neste sentido, é uma manifestação específica da mudança social. Não é a única e não mantém uma relação de hierarquia, ou mesmo valorativa, dentro do campo mais amplo da mudança social. A ideia de que o conceito de movimento social pode constituir-se uma delimitação positiva da mudança social se baseia no fato de que, na maioria dos casos, o objeto de pesquisa movimento social trazer consigo referências mais

concretas quanto ao momento e lugar em que ocorre, assim como os papéis que desempenham os diferentes sujeitos sociais envolvidos.

Conforme buscamos desenvolver num texto anterior (Gutierrez e Bettine, 2017), as ciências sociais, de uma forma geral, e mais especificamente a sociologia, vivem desde o início do século XX um grande embate que divide a reflexão entre marxistas e não marxistas. A questão da percepção acadêmica dos movimentos sociais não foge à regra.

Mas existem outras interfaces que convém ter presentes. Uma delas é com a ciência política. A mudança social passa de uma forma geral pelas relações de poder de cada grupo social, no interior da sociedade. Da forma como as ciências humanas foram sendo construídas, no interior da academia, o poder é objeto de pesquisa da ciência política, o que leva a colocar o objeto mudança social no campo da política, com a observação de que o poder na sociedade é, em essência, poder institucionalizado ou, em outros termos, só ocorrem mudanças sociais quando elas são percebidas e adotadas pelas instâncias institucionais de poder (como o poder executivo ou o poder legislativo). Em outra perspectiva, as mudanças sociais começam e terminam no próprio âmbito da sociedade e o poder institucionalizado ou, mais especificamente, seus representantes se quiserem sobreviver politicamente terão que adotar as mudanças da própria sociedade.

Movimento social, num sentido genérico, faz referência a qualquer grupo de pessoas que se articula na busca de um objetivo específico que altera as relações sociais dentro de um determinado contexto. Tem um fundo claramente político, no sentido etimológico do termo, já que visa modificar a distribuição de poder na sociedade.

Para ultrapassar esta definição, quase profilática, torna-se necessário (a) perceber o objeto numa perspectiva histórica e (b) inseri-lo coerentemente numa explicação macrosociológica ou, em outros termos, numa escola de pensamento legitimada entre os pares do meio acadêmico.

Com relação ao primeiro aspecto, os movimentos sociais são comumente associados ao desenvolvimento da democracia representativa liberal, numa relação que alterna situações de complementação e de confronto. O movimento social, portanto, é fruto da modernidade, das sociedades industriais e do desenvolvimento das democracias representativas. (Bringen, Etchart, 2008; Pereira, 2012).

Com relação ao segundo aspecto a questão é mais controversa. Há uma diferença importante de abordagem. Desde a perspectiva das democracias liberais os movimentos sociais complementam as ações dos partidos políticos nos limites da representação formal, seja no Poder Legislativo e/ou no Executivo. Neste sentido, os movimentos sociais tendem sempre à sua própria extinção, seja

porque (a) ocorre uma desmobilização que leva a seu desaparecimento da cena social, (b) por que consegue, mesmo parcialmente, ver atendidas suas reivindicações, o que leva ao seu consequente esvaziamento ou (c) por que ele se transforma mudando a agenda de reivindicações e a sua estrutura interna. O fato definidor é que na perspectiva da democracia liberal toda mudança social vai ocorrer, sempre, através das formas institucionalizadas de representação. Ou seja, reivindicações populares só vão transformar efetivamente as relações de poder na sociedade na medida que são incorporadas formalmente pelas instâncias de representação política do poder Legislativo, do Executivo ou, ainda, pelo Judiciário em situações de conflito entre os outros dois.

Desde a perspectiva marxista os movimentos sociais antecedem e ultrapassam a ação dos partidos burgueses, constituindo-se no elemento central da revolução comunista. Esta concepção está na própria origem do marxismo e vai inspirar as formas de luta dos partidos comunistas durante todo o século XX. Karl Marx em seu livro *A Guerra Civil na França* (2011), um dos seus textos mais pragmático onde introduz o conceito de ditadura do proletariado, aponta a importância das lutas e revoltas populares para tomada do poder pela classe trabalhadora e a vitória da revolução socialista. Esta estratégia é complementada (ou deturpada, dependendo da análise) por Lenin, somando as propostas de profissionalização da militância do partido comunista e as tentativas de ocupar espaços (aparelhar no jargão comunista) nas instâncias importantes da sociedade, como as forças de segurança, meios de comunicação de massas, universidades ou administração pública. O sucesso da revolução socialista, ou ainda da implantação do projeto do socialismo real, passa pela articulação de todos estes elementos, sob direção e controle do partido comunista e a ajuda dos sindicatos autênticos (ou simplesmente alinhados com os comunistas), movimentos sociais e a ação de órgãos representativos da sociedade civil organizada.

Nos casos mais emblemáticos de tomada do poder pelos comunistas, a revolução soviética na Rússia e a revolução maoísta na China, vamos encontrar estes fatores associados a uma forte crise de legitimidade do governo capitalista e o desgaste decorrente de um conflito militar externo. Mas, de uma forma geral, as tentativas comunistas de tomada do poder, bem sucedidas ou não, passam pelos movimentos sociais.

A diferença entre as duas concepções de movimento social é clara. Na perspectiva liberal os movimentos sociais podem colaborar, ou até mesmo aprimorar, o funcionamento da democracia representativa, mas jamais poderão substituir suas formas institucionalizadas de consultas e tomada de decisões. Inclusive, em última instância, os movimentos sociais só poderão ter suas pretensões atendidas a partir do momento em que sejam acolhidas pelo poder político institucionalizado. Na

perspectiva marxista os movimentos sociais, por sua vez, tendem a ultrapassar as formas burguesas de representação e a cumprir um papel importante na articulação que derruba o regime capitalista e impõe um governo revolucionário comunista.

Em termos conceituais mais gerais o movimento social se situa entre dois extremos: a guerra civil e a explosão pontual de violência política. No caso da guerra civil ocorre um esgarçamento do tecido social onde o estado não consegue mais exercer minimamente seu papel de conciliar os interesses dos diferentes grupos que compõem a sociedade, que partem para o conflito direto e armado. É a radicalização da ação dos movimentos sociais em luta uns contra os outros. Já as explosões pontuais de violência política se caracterizam por alastrarem-se rapidamente e, com a mesma rapidez, esgotar seu poder de manifestação. É o caso dos linchamentos, ações de vandalismo ou saques gerados por um fato pontual como, por exemplo, a morte de uma pessoa de uma comunidade pelas forças de segurança. É uma manifestação social que não chega a se constituir como movimento.

Existem muitas definições e tipologias do que é um movimento social. Podemos citar, por exemplo, a de Sherer-Warren (2014) (movimentos sociais organizados, manifestações ou marchas dos movimentos sociais, manifestações amplas da cidadania e/ou “indignados”, manifestação bloqueio ou “formas de ação nas ruas”, ação manifesto sociocultural). Para efeito deste texto, a definição ampla apresentada no início parece suficiente.

Exemplos de movimentos sociais nos regimes de democracia representativa no século XX

O melhor exemplo de movimento social é, sem dúvida, o movimento feminista ou das mulheres. Surgido no final do século XIX, no esteio da busca de igualdade propugnada pela revolução francesa, vai se focar inicialmente nos direitos políticos, como a extensão do direito de voto para as mulheres e o acesso ao ensino. É um movimento vitorioso que tem suas reivindicações atendidas no tempo. Este sucesso, contudo, não diminui o movimento ou leva a uma desmobilização permanente. Pelo contrário, apesar de fortes conflitos e divergências internas, o movimento consegue se atualizar mantendo-se presente com novas questões para a agenda pública. Ele transita constantemente pelos diferentes campos aqui apontados, podendo focar-se tanto na política (o direito a voto, por exemplo), na economia (salários iguais) ou cultura (denúncia do preconceito ou agressões).

Outra linha de atuação importante para os movimentos sociais é a luta pela terra e a reforma agrária. No Brasil podemos destacar a atuação das Ligas Camponesas e Francisco Julião no Nordeste, muito atuantes até o processo repressivo que se seguiu à tomada do poder pelos militares em 1964. Estas questões relacionadas com a ocupação da terra e a reforma agrária são retomadas, a partir dos anos 80, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, agora dentro de uma proposta fortemente influenciada pelo marxismo, com uma clara hierarquia interna, divisão de tarefas entre militantes, quadros, dirigentes e ideólogos, escolas de formação política de quadros e a adoção de práticas clandestinas, ou semiclandestinas.

Outro exemplo de movimento social são as Sociedades Amigos do Bairro (SAB's) que se originam na Europa e chegam ao Brasil em torno de 1930. Com o início do regime militar em 1964 sofrem um processo complexo onde, por um lado, são mal vistas e eventualmente controladas pelo poder público e, por outro, principalmente a partir da flexibilização do regime na década de oitenta, são alvo de tentativas de utilização política por parte de setores da esquerda política.

Outro movimento importante, do final da década de setenta, foi o Movimento Contra a Carestia ou custo de vida (MCC). Numa interface com as associações de bairro e as Comunidades Eclesiais de Base (organizações ligadas à igreja católica e inspiradas na Teologia da Libertação que segue o Concílio Vaticano II) o MCC chega a fazer manifestações significativas, com suas lideranças ocupando um espaço político importante. Vai desaparecer nos anos seguintes entre lutas internas, tentativas de instrumentalização política pela esquerda e a repressão do governo. Vamos perceber aqui, em função da conjuntura do fim do período militar, em geral, uma maior politização de todo o ambiente social.

Entre 1983 e 84 vamos assistir o movimento pela eleição direta para presidente da república, chamado Diretas Já e composto por um amplo leque de aliança entre a população em geral, órgãos da sociedade civil organizada e partidos políticos institucionalizados. Uma aliança parecida vai apoiar, e conseguir, o impedimento do presidente Fernando Collor em 1992. Estes movimentos também são classificados como movimentos civis, numa alusão ao conceito de cidadania, já que envolvem setores institucionalizados.

Os movimentos sociais no Brasil parecem seguir uma dinâmica própria, sem repetir necessariamente o que acontece em outros lugares. Na Europa Ocidental o movimento ecológico, por exemplo, parece ter muita mais história e penetração na sociedade do que no caso brasileiro. O movimento de ocupação de imóveis urbanos, chamado Okupa, também tem pouca repercussão no Brasil. Só mais recentemente as ocupações de imóveis urbanos passam a ser mais importante, mas

num modelo que se origina no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo chamado Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e que traz marcas organizacionais típicas da sua origem.

Neste mesmo sentido, os movimentos sociais no Brasil não parecem alinhados com os movimentos nos Estados Unidos da América. O movimento dos direitos civis dos negros, muito importante na década de sessenta, não parece ter uma relação direta com a dinâmica dos movimentos nacionais. Da mesma forma, os movimentos contra a guerra do Vietnã e as manifestações hippies e de contra cultura parecem ter tido menos repercussão no Brasil que em outros países ocidentais. Convém ter em mente o regime político que o país vive no período.

Mas, de uma forma geral, vamos encontrar aqui a interação proposta ao observar uma relação comum entre a mudança social e aspectos econômicos, políticos ou culturais.

Exemplos de movimentos sociais nos países do socialismo real no século XX.

Os pesquisadores dos movimentos sociais têm, na maioria dos casos, uma formação teórica de esquerda e, portanto, tendem a se interessar mais pelos casos de confronto com os regimes capitalistas. Isto não impede que nos países de economia planificada, também chamados de comunistas ou ainda de socialismo real, também existam movimentos sociais.

Todo o carinho e admiração com que a esquerda olha os movimentos sociais nos países capitalistas não tem continuação quando ela chega ao poder. Os países comunistas sempre se caracterizaram, e ainda se caracterizam, por se constituírem em estados policiais que exercem um férreo controle político da população. Mesmo assim, há exemplos de movimentos sociais importantes.

As pesquisas dos movimentos sociais, que ocorrem nos países do socialismo real, apresentam um desafio epistemológico adicional. Como já foi colocado, a pesquisa clássica em sociologia parte das teorias de Durkheim, Marx ou Weber. Pois bem, os dirigentes dos países do socialismo real, quadros dos partidos comunistas nacionais, argumentam que apoiam suas ações políticas e econômicas na interpretação do modelo marxista. Tendo em conta este fato, um movimento social que se contrapõe a um regime inspirado no marxismo pode ser estudado a partir das categorias de análise deste mesmo pensador? Tentando ter um mínimo de coerência, podemos pensar em duas alternativas:

1.- Um movimento social que se contrapõe a um regime marxista, quando estudado da perspectiva marxista, deve ser por definição reacionário e contrarrevolucionário.

2.- O governo que se auto intitula marxista pode não ser verdadeiramente marxista. Neste caso o referencial marxista pode ser usado com liberdade, embora possa ocorrer alguma confusão terminológica na análise.

De qualquer forma, convém ficar atento ao estudar movimentos sociais que atuam em regimes que se autodenominam marxistas, em função desta superposição entre a escola de pensamento adotada pelo pesquisador e a sua coincidência com relação à referência ideológica das práticas, ou pelo menos do discurso, dos agentes das ações sociais que compõem o objeto de pesquisa.

Vamos a alguns exemplos. Em Berlim, na Alemanha Oriental, em 1951, um forte movimento popular que conjugava a imigração para a região da cidade controlada pelos Aliados (EUA, Inglaterra e França) com a simpatia pela ideologia capitalista, levou à construção do famoso Muro de Berlim, uma construção de 66,5 quilômetros de paredes e grades, com mais de trezentas torres de vigilância. Sua derrubada, por um movimento popular, em novembro de 1989, constitui o mais forte símbolo do fim do comunismo soviético.

Em 1968, na antiga Tchecoslováquia, um movimento popular denominado Primavera de Praga, a favor de reformas políticas, como maior liberdade individual e autonomia com relação à URSS, leva a que o governo busque avançar nesta direção, num processo que só vai ser revertido pela ocupação militar do país pelas tropas do Pacto de Varsóvia (na prática, tropas da Rússia).

Outros movimentos parecidos vão surgir no Leste europeu. Talvez o mais interessante seja o movimento denominado Solidariedade na Polônia. Surgido de uma federação sindical original dos estaleiros Lenin, na cidade de Gdansk, ele vai se expandir até se transformar num forte movimento social reivindicando maior liberdade, direitos para os trabalhadores e mudanças políticas. A trajetória do Solidariedade é típica dos movimentos sociais, começa como expressão de anseios populares, aumenta sua base política, transforma-se em partido político e seu líder original, Lech Walesa, se elege presidente da república em 1990.

Antes disso, em 1980, em Cuba ocorre o chamado Grande Êxodo de Mariel. Depois de um incidente com um funcionário, a embaixada do Peru se viu invadida por dez mil pessoas querendo deixar a ilha. Frente a esta situação o governo cubano libera o porto de Mariel para as pessoas que quisessem imigrar pudessem deixar o país. O processo é muito confuso e o governo de Cuba é acusado, até hoje, de misturar cidadãos comuns com presidiários e doentes mentais. Dos 125.000 cubanos que chegam a Miami calcula-se que, pelo menos, quinze por cento fossem delinquentes comuns.

A própria queda do regime comunista na Rússia, país hegemônico entre as nações comunistas do Leste europeu, é fruto de uma grande mobilização popular em torno de reivindicações de liberdade e mudanças políticas, em 1989.

Na China, também em 1989, ocorre uma série de manifestações populares em Pequim que levam à ocupação da Praça da Paz Celestial por manifestantes exigindo mudanças no regime e contra a corrupção. Esta manifestação inicia no dia 15 de abril e será violentamente sufocada no dia 4 de junho. Informações desencontradas falam entre quatrocentos e sete mil mortos.

Os movimentos sociais que ocorrem nos países ditos socialistas são, de uma forma geral, movimentos com forte ênfase na dimensão política, embora em alguns casos possam ser disparados pela limitação das liberdades individuais e uma relativa precarização das condições de vida. A forte censura exercida pelos governos da época tampouco ajuda a uma melhor compreensão da natureza e características destes movimentos sociais.

Movimentos sociais no século XXI

A falência do socialismo real com a queda do Muro de Berlim traz consequências profundas, cujos efeitos só poderão ser medidos com o passar do tempo (Gutierrez, Bettine 2017).

Grande parte dos movimentos sociais, durante quase todo o século XX, vai se caracterizar por refletir a luta de classes típica do modo de produção capitalista, num conflito que coloca de um lado demandas dos trabalhadores e setores populares da sociedade, contra o capital e estado normalmente classificado de burguês.

Como foi apontado, já havia fissuras neste quadro, seja pelos movimentos sociais críticos que ocorrem no interior do socialismo real, também chamados países de economia planificada, seja por movimentos sociais com ênfase em questões culturais.

Há, porém, certo consenso no campo da pesquisa a respeito de que com a queda do Muro a perspectiva dos movimentos sociais parece ampliar-se, surgindo uma série de novos movimentos apoiados em questões culturais e de identificação social.

Aqui parece importante apontar algumas questões. Os novos movimentos sociais motivados por questões de identificação social e cultural vão conviver e dividir espaço com movimentos anteriores marcados por (a) a questão tradicional das lutas de classe e distribuição da riqueza na sociedade capitalista, a exemplo do movimento dos trabalhadores sem terra ou sem teto e (b)

movimentos antigos, cujas raízes históricas podem retroceder ao século XIX e que possuem uma forte identidade própria, como é o caso do movimento feminista.

Além disso, esta nova realidade pode ser mais multifacetada do que parece num primeiro momento. Neste sentido, convém refletir sobre a observação de Ferraz (2019) a respeito do cenário: “O avanço da constituição de movimentos sociais em torno dos direitos civis (movimento de mulheres, movimento LGBTI, movimento negro, quilombola e indígena) denunciava a invisibilidade social desses indivíduos e a profunda desigualdade, característica da sociedade brasileira e latino-americana. Vivenciamos no período o surgimento da política de identidade.

Programas públicos e a criação de conselhos e secretarias voltados para determinados grupos populacionais (mulheres, população negra, população LGBTI, indígenas) no interior das políticas de saúde, educação e assistência social foram desenvolvidos por governos de orientação progressista. O que provocou o surgimento de um novo tipo de relação entre movimentos sociais e governos e o revigoramento do clientelismo político, em que as perspectivas de ganhos para os grupos redundam em apoio eleitoral e político para partidos e coalizões governantes.

É sempre difícil trabalhar com a realidade contemporânea imediata. Não se trata apenas de uma mudança de sujeitos sociais (agora mais afastados das lutas da classe trabalhadora e setores populares, privilegiando grupos com identidades específicas), e de uma mudança na agenda de reivindicações (a substituição de questões mais coletivas como salário, serviços sociais ou custo de vida, por aspectos socioculturais e de direitos). Trata-se de perceber, também, uma nova forma de relacionamento entre os grupos sociais, a política pública e o poder institucionalizado. Se no século XX os movimentos sociais, de uma forma geral, enfrentavam o estado e as forças de segurança na busca da realização de seus objetivos, essa relação parece ter-se transformado profundamente no momento atual. Hoje, estes novos movimentos sociais dialogam com o poder público num processo de troca de apoios políticos, onde as forças de segurança não apenas não os reprimem, mas podem chegar a ter que defendê-las contra possíveis ataques de outros setores da população, que advogam posturas políticas, ou culturais, diferentes.

Não parece se tratar de uma simples mudança de atores e agendas, mas de uma transformação mais ampla, tanto na forma como os movimentos sociais atuam, como nas características da sociedade que os rodeia e, de certa forma, condiciona a natureza da interação.

Outro aspecto que precisaria ser analisado com mais atenção é a existência de um movimento social inspirado na oposição a outro movimento. Os organizadores da marcha com Jesus

chegaram a tentar agendar a manifestação no mesmo local e data da parada pelo orgulho gay, o que foi obviamente impedido pelas autoridades.

Observações finais

A pesquisa sobre mudança social é de natureza interdisciplinar e, partindo de teóricos da sociologia, vai acabar dialogando com dimensões sociais da economia, política ou cultural e suas diferentes correntes teóricas e pensadores. Parece importante ter certa clareza ao desenvolver esta relação, tanto no que se refere à opção metodológica primeira em sociologia, como com relação às dimensões específicas com as quais a pesquisa vai interagir, tendo sempre presente que o que vai definir a técnica de pesquisa adotada é a característica do tipo de dado necessário para a conclusão da pesquisa.

A observação da mudança social na sociedade contemporânea parece apontar para uma diminuição da importância de agendas baseadas em questões econômicas e políticas para uma ênfase maior em questões de natureza cultural. Esta realidade, contudo, é bastante recente, por um lado movimentos sociais históricos continuam presentes e, por outro, novas e diferentes tendências podem se manifestar a qualquer momento, inclusive apontando para um maior nível de violência popular.

A sociologia é uma área de pesquisa muito complexa e ainda em desenvolvimento. A aproximação interdisciplinar a um objeto de pesquisa não ajuda a simplificar o cenário, pelo contrário, muitas vezes acabam se somando a relatividade conceitual de várias áreas de pesquisa diferentes. Neste sentido, a pesquisa interdisciplinar deve atender a (a) uma necessidade intrínseca para uma melhor compreensão do objeto estudado, (b) deve delimitar da forma mais clara possível a teoria de referência, os demais campos com que se relaciona, e os métodos e técnicas de pesquisa adotados e (c) desenvolver categorias de análise claras e, dentro de cada especificidade, rígidas, de forma a limitar a tendência (de resto inevitável) que a união entre uma área de pesquisa complexa, a multiplicidade de dados disponíveis no real e a flexibilidade da aplicação das teorias (pela falta do recurso empírico), termine levando o pesquisador a desenvolver uma narrativa desconectada do mundo real.

Referências bibliográficas

- Bringel Bruno; Echart, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras", Cad. CRH vol.21 no.54 Salvador Sept./Dec. 2008 *Print version* ISSN 0103-4979*Online version* ISSN 1983-8239 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300004>
- Ferraz, Ana T.Rodrigues. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. *Serviços Social & Sociedade*, nº 135, São Paulo, maio/ago 2019. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200346&lng=pt&tlng=pt
- Feyerabend, Paul. *Tratado contra el método*. Tecnos, Madrid, 2007, (trad. Diego Ribas).
- Gutierrez, Gustavo Luis e Bettine, Marco Antônio. Por que os sociólogos erram sempre?, USP EACH, 2017, (<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/186>)
- Marx, Karl. *A guerra civil na França* (trad. Rubens Enderle), Boi Tempo, São Paulo, 2011.
- Novos Movimentos Sociais (verbete), Wikipedia: a enciclopédia livre, (https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_movimento_social)
- Pereira, Marcus Abílio. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária, *Opin. Publica* vol.18 no.1 Campinas June 2012, <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100004>
- Rezende, Maria José. Teorias da mudança social: as perspectivas lineares e as cíclicas, *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, nº 32, p.349-378, outubro 2002. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/25269/22221>.
- Sherer-Warren, Ilsen. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI, *Política & Sociedade – Florianópolis*, vol. 13, nº 28, set-dez 2014. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p13>
- Tratenberg, Mauricio. *A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. Rumo, São Paulo, 1979.